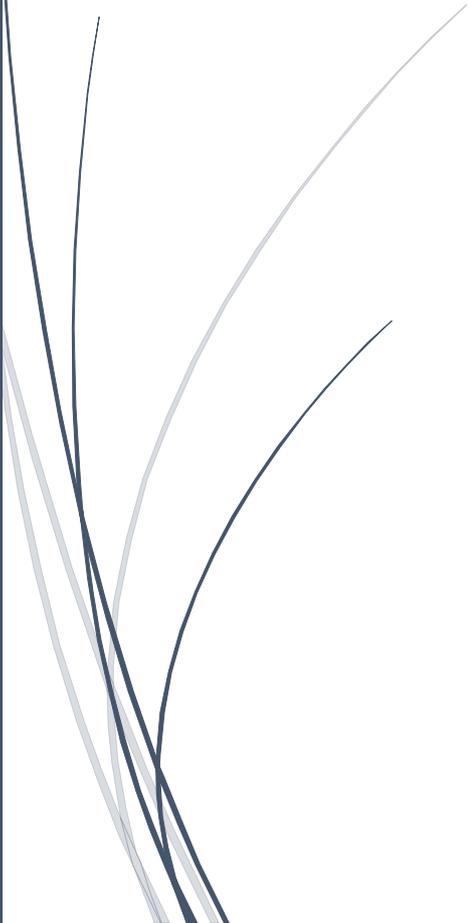


2023-2024

Racismo



37659 - Catarina Carvalho Cardoso
37688 – Inês Filipa Eiras Campos

Conteúdo

Racismo	1
Conceito de racismo	1
Tipos de racismo	2
Racismo estrutural	2
Racismo institucional	3
Racismo individual.....	3
Racismo cultural.....	3
Racismo ecológico ou ambiental.....	3
Racismo recreativo.....	3
Causas do racismo	4
Racismo no Brasil	4
Racismo no mundo.....	5
Racismo e Preconceito	6
Racismo Reverso	6
O que é racismo?.....	7
Tipos de racismo	8
Racismo e discriminação	8
O que é racismo	10
Movimento negro	10
Causas do racismo	10
Racismo estrutural	11
Racismo e preconceito	11
Exemplos de racismo.....	12
Desemprego	12
Desigualdade de renda.....	12
Procura por branqueamento	12
Homicídio de jovens negros	12
O racismo que está no outro e é tolerado	13
Racismo no Brasil	13
Lei do racismo	14
Como combater o racismo	14
Nova Lei contra a discriminação racial publicada	18
Racismo e Discriminação Racial no Desporto	19
Notícia	22
Restituição de obras e artefactos culturais aos seus locais de origem	23

O papel dos meios de comunicação social.....	23
Tolerância zero ao racismo no desporto.....	23
Dados.....	24
O racismo e os padrões de beleza.....	24
Discriminação Racial no local de trabalho	36
Racismo no Trabalho: Desafios e Caminhos para a Equidade	38
Os Impactos do Racismo no Trabalho:.....	38
Desafios enfrentados pelos profissionais negros:.....	38
Filmes sobre o Racismo	40
1. A Cor Púrpura (1985).....	41
2. Malcolm X (1992)	41
3. A Lista de Schindler (1993).....	42
4. América Proibida (1998).....	42
5. Colisão (2004).....	42
6. Gran Torino (2008)	42
7. Django Libertado (2012).....	42
8. 12 Anos Escravo (2013)	43
9. O Mordomo (2013)	43
10. BlackKlansman: O Infiltrado (2018).....	43
11. Greenbook, Um Guia para a Vida (2018)	43
Racismo	44
Como ser antirracista vidas negras importam	48
Pequeno manual antirracista vidas negras importam	48
Racismo Estrutural (Feminismos Plurais)	48
Negritude: usos e sentidos (nova edição)	49
Por um feminismo afro-latino-americano	49
A origem dos outros	50
Ensaio sobre racismos: pensamentos de fronteira	50
Minha História.....	50
Quando me descobri negra.....	51
Orgulho.....	51
De bala em prosa: vozes da resistência ao genocídio negro	51
Cidadã de segunda classe.....	52
Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis (nova edição).....	52
O avesso da pele	52
Água de Barrela	53

Webgrafia.....	54
Figura 1- Somos todos diferentes com direitos iguais	7
Figura 2- O amor atravessa fronteiras	9
Figura 3- Racismo não!.....	13
Figura 4- Juntos de braços no ar (sons do minho)	18
Figura 5- STOP racism.....	22
Figura 6- Igualdade.....	40
Figura 7- Filme 1.....	46
Figura 8- Filme2.....	46
Figura 9- Filme3.....	47
Tabela 1- Tipos de racismo.....	25
Tabela 2- kjdwihew	41

Racismo

Racismo é a discriminação social baseada na falsa ideia de que a espécie humana é dividida em raças e que uma é superior às outras. Trata-se de uma atitude depreciativa e discriminatória, não baseada em critérios científicos, já que do ponto de vista biológico é incorreto falar em raças humanas.

O racismo no Brasil é crime previsto na Lei n. 7.716/1989. É inafiançável e não prescreve, ou seja, quem cometeu o ato racista pode ser condenado mesmo anos depois do crime.

O dia 21 de março foi estabelecido pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. A data foi escolhida em memória aos mais de 60 mortos no massacre ocorrido na África do Sul nesse mesmo dia no ano de 1960.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada para proteger os direitos fundamentais dos seres humanos. Ela condena todo o tipo de discriminação por cor, gênero, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Conceito de racismo

Racismo é o nome dado a um fenômeno de discriminação sistemática. Por isso, não deve ser confundido com preconceito ou discriminação racial. Apesar de estarem relacionados.

Pode-se dizer que não existiria discriminação e racismo, se não existissem preconceitos, entretanto esses são termos distintos. Enquanto o preconceito é um julgamento sobre alguém baseado em informações falsas e estereotipadas, a discriminação é ação. A discriminação está relacionada com o tratamento diferenciado e excludente dado a este alguém.

Já o racismo é o mecanismo constante e persistente de discriminação. Os preconceitos, estereótipos e discriminações fazem parte da dinâmica do racismo.

Para existir racismo, é necessário que uma sociedade tenha preconceitos altamente disseminados e constantemente produzidos sobre determinado grupo, e somado a esse imaginário é preciso que exista ação discriminatória sistemática.

Grupos que, historicamente, foram vítimas de racismo são de pessoas negras (africanas ou descendentes), judias, ciganas, árabes, indígenas, latino-americanas e asiáticas.

A dinâmica do racismo dá um conjunto de traços físicos e psicológicos a um grupo e faz acreditar que esses traços são transmitidos de geração em geração, e influenciam diretamente no comportamento dessas pessoas.

A história do racismo é antiga, inclusive anterior a criação da chamada teoria das raças na Europa, no século XVIII. Porém, a teoria das raças foi um marco na história desse tipo de discriminação, porque a partir dela o racismo deixou de ter aspectos culturais e de influência religiosa para ser validado pelo que era considerado parte da ciência na época.

Conceitos pseudocientíficos, como a teoria das raças, foram usados como justificativa para a execução de crimes contra a humanidade, como o holocausto na Alemanha nazista e a escravização de seres humanos durante séculos.

O racismo está geralmente relacionado com projetos políticos, mesmo que não oficiais ou institucionalizados, e com objetivos reais. Por exemplo, durante o período escravocrata no

Brasil (e em outras partes do mundo), o discurso racista era utilizado como justificativa para exploração do trabalho humano. Como pessoas negras eram consideradas inferiores, poderiam ser escravizadas.

Tipos de racismo

Exposição que mostra várias caras em metal com semblante triste e desesperado no Museu Judaico de Belém

Exposição no Museu Judaico de Berlim que representa o desespero dos judeus assassinados durante o holocausto.

O racismo pode ser manifestado de várias formas e por isso, existem várias classificações, conforme o tipo.

Racismo estrutural

O racismo estrutural é aquele está presente estruturação de uma sociedade. Ou seja, é o racismo camuflado geralmente presente em sociedades que construíram a sua história e cultura sobre conceitos racistas. É o caso da sociedade brasileira.

O racismo estrutural é o resultado de um processo histórico de desigualdade e desvantagens para o grupo marginalizado. No Brasil, a colonização e a escravidão criaram uma série de acontecimentos que afastaram a população negra e indígena da cidadania e do poder.

Esses acontecimentos resultaram em um racismo que está tão enraizado na sociedade, que acaba por ser difícil de identificar. Entretanto, há vários exemplos de racismo estrutural no Brasil, como a disparidade entre o número de vítimas de homicídios, quando comparada a população branca e negra.

Ou ainda a falta de representação negra e indígena em espaços de poder, como o comando de empresas, cargos políticos e formação universitária. O racismo estrutural torna-se evidente quando se observa as desigualdades raciais de uma sociedade.

Racismo institucional

É quando o racismo é institucionalizado e faz parte das medidas do estado, de uma empresa ou outros tipos de organização.

Os casos de racismo institucional mais conhecidos foram implementados pelo regime nazista na Alemanha, que resultou no assassinato de milhões de judeus pelo estado (holocausto), e a segregação racial nos Estados Unidos e na África do Sul (apartheid).

Racismo individual

É a discriminação direcionada a uma pessoa especificamente, em uma determinada situação, devido a sua cor ou etnia. São agressões como insultos racistas, utilização de estereótipos, exclusão em ambiente escolares ou de trabalho.

Racismo cultural

É o tipo de racismo relacionado a ideia de uma cultura é superior a outra. Esse tipo de discriminação acontece quando o grupo hegemônico tem fortes preconceitos disseminados sobre os aspectos culturais do grupo vitimizado, não só sobre a sua cor ou etnia, mas também sobre a sua religião, tradições, costumes, língua, entre outros

Racismo ecológico ou ambiental

Esse tipo de racismo acontece quando um grupo marginalizado tem o acesso ou a manutenção de um ambiente saudável negado ou negligenciado, devido a sua cor ou etnia.

Por exemplo: locais onde a população é predominantemente indígena ou negra, como comunidades indígenas e quilombolas, e por isso sofrem com a poluição do ambiente por terceiros ou com a descredibilização do seu direito a terra.

Nas cidades, a população periférica, de maioria negra, que não recebe a mesma atenção do estado, quando comparada com as áreas centrais, nas áreas da saúde, segurança e saneamento básico.

Racismo recreativo

É o racismo presente no entretenimento, geralmente associado ao humor. Trata-se de expressões de racismo que tendem a ser desvalorizadas pela sociedade porque são feitas ou ditas em momentos de descontração e divertimento.

O racismo recreativo afirma ideias estereotipadas e utiliza o grupo marginalizado como objeto de riso e desmoralização diante do grupo hegemônico. Está associado à shows de humor, programas de tv e filmes racistas ou uma contação de piadas entre colegas.

Causas do racismo

O racismo é um fenômeno social antigo. Desde a Antiguidade há relatos de grupos que foram inferiorizados ou excluídos devido a sua ascendência étnica. O racismo durante esse período e a Idade Média estava principalmente relacionados com questões culturais ou religiosas.

No século XV, com as Grandes Navegações e a colonização de territórios americanos, africanos e asiáticos pelos europeus, o racismo se intensificou, sendo parte do projeto de dominação e escravização dessas populações.

Para justificar o assassinato e escravização de milhões de pessoas, preconceitos e estereótipos foram criados e disseminados, transformando as populações fora da Europa em selvagens. Esses povos, especialmente os indígenas e africanos, foram comparados a animais, que precisavam ser domesticados. Por isso, poderiam ser sujeitos à tortura, trabalho forçado, violência física, psicológica e sexual, e morte.

A partir do século XVIII, conceituações pseudocientíficas que dividiam a humanidade em raças e as classificava em uma suposta hierarquia acentuaram o problema. As causas do racismo na atualidade ainda estão fortemente relacionadas com ideias de inferioridade de alguns povos e noções de superioridade e pureza racial branca na Europa.

Racismo no Brasil

Quadro em tons de cinza, laranja e branco, que retrata uma família branca sendo servida por um grupo de pessoas negras, no período escravista do Brasil.

Quadro de Baptiste Debret que mostra uma família brasileira escravocrata, em 1839.

Por muito tempo foi propagado o mito de que no Brasil não existia racismo, devido à população miscigenada e por não ter existido racismo institucional por parte do estado.

Diferente dos Estados Unidos ou da África do Sul, as instituições do estado brasileiro nunca implementaram medidas oficiais que propusessem a segregação ou diminuição de direitos de um grupo de pessoas.

Por esse motivo, a ideia de democracia racial prevaleceu durante muitos anos dentro do país. Entretanto, o racismo no Brasil está relacionado com as características históricas e culturais próprias.

O racismo no país é principalmente estrutural, por causa da escravidão e dos mecanismos criados durante e depois desse período para manter privilégios e reforçar a desigualdade. E também "silencioso", como o racismo não foi institucionalizado, pensou-se que as regras sociais racistas não existiram, porém elas estavam presentes.

Como nos casos em que pessoas negras são impedidas de entrar em locais de maioria branca, como shoppings centers, lojas e restaurantes de elite.

O Brasil é um país marcado pelas desigualdades raciais. Como exemplo: a população negra que, mesmo sendo maioria, ainda é a mais empobrecida, a com menos acesso a educação e saneamento básico, menos presente em cargos de poder, como liderança empresarial e política, e com menos representatividade no entretenimento.

A população indígena também é vítima de racismo. Assim como a população negra, foi marginalizada durante todo o processo de construção do país. O racismo cultural e ambiental é persistente contra os indígenas. Outros grupos chamados minoritários também são vitimizados no Brasil, como os descendentes de asiáticos.

Racismo no mundo

O racismo é um problema tanto em nações emergentes, como nas desenvolvidas, principalmente camuflado de xenofobia. O racismo nos Estados Unidos, assim como no Brasil, tem consequências graves e suscita o aumento da violência nos subúrbios de maioria negra e hispânica.

Memorial em cores vibrantes em homenagem a George Floyd, vítima de violência policial nos Estados Unidos.

Memorial dedicado a George Floyd, homem negro vítima de violência policial no Estados Unidos, 2020.

Comunidades de imigrantes árabes e outros grupos considerados minorias e com características diferentes dos brancos norte-americanos também sofrem com o problema no país.

Crises econômicas e o crescimento demográfico na Europa costumam ser fenômenos que provocam o aumento da discriminação racial. Como exemplos estão o preconceito sofrido por imigrantes árabes, negros e asiáticos na Grã-Bretanha, os árabes e norte-africanos na França e na Alemanha, e a população cigana e negra na Espanha e em Portugal.

No século XX, o racismo institucionalizado na Europa através da Alemanha nazista, perseguiu e exterminou judeus, ciganos, eslavos, entre outros grupos, com base na suposta superioridade da raça ariana. O antisemitismo (racismo contra judeus) levou ao holocausto, uma das páginas mais sombrias da Segunda Guerra Mundial. O racismo também foi uma prática estatal na África do Sul, onde a minoria branca segregava a população entre brancos e negros.

Ainda hoje existem associações que desejam o retorno do passado racista institucionalizado, são os grupos chamados de supremacistas brancos e que apoiam ideias de caráter neonazista. Esses tipos de organizações estão em todo o mundo, mas especialmente nos Estados Unidos e na Europa.

Racismo e Preconceito

Um preconceito é uma opinião equivocada, formulada antecipadamente e sem o devido conhecimento sobre uma pessoa, um fato ou uma situação. Ele tem origem num juízo de valor equivocado e sem fundamentação na realidade.

Há diversos tipos de preconceito, como o social, religioso, cultural, linguístico, de gênero, quanto à orientação sexual (homofobia) e racial (racismo). A xenofobia também é um tipo de preconceito, originado na aversão às pessoas estrangeiras.

O preconceito racial faz parte da dinâmica do racismo, e é fundamental para que este exista. São através dos preconceitos que ideias estereotipadas e pejorativas sobre um grupo étnico são construídas e disseminadas.

Saiba sobre o que é preconceito e os 5 momentos mais importantes na luta contra o preconceito e o racismo.

Racismo Reverso

O racismo reverso ou racismo inverso é uma expressão usada para designar a existência de racismo de minorias contra grupos étnicos dominantes. Um exemplo de racismo reverso seria a discriminação de pessoas brancas por pessoas negras.

Entretanto, para existir racismo é necessário que a discriminação seja sistemática, e aconteça dentro de determinados tipos de relações de poder.

Em termos históricos e sociais, os grupos negros (e outras chamadas minorias) não detêm poder em relação aos brancos, portanto seria impossível haver uma situação de opressão. Por esse motivo, a existência de racismo reverso é desconsiderada pelos estudiosos.



Figura 1- Somos todos diferentes com direitos iguais

O que é racismo?

Por racismo entende-se uma forma de pensar que automaticamente aprova ou rejeita um indivíduo, sem assumir a tarefa de conhecê-lo ou saber quem ele é, apenas conforme ele pertence a uma ou outra raça. Ou seja, uma forma de preferência, segregação ou exclusão com base na cor da pele, linhagem étnica ou origem cultural.

O racismo geralmente leva a práticas discriminatórias, como a concessão de privilégios (sociais, econômicos, jurídicos etc.) a uma raça em detrimento de outra ou a recusa de associação com pessoas de outras etnias.

Tudo isso é conhecido como discriminação racial e faz parte dos crimes de ódio tipificados em inúmeras convenções internacionais que buscam a igualdade entre as pessoas.

Isso também se deve à longa história de racismo que a humanidade vem protagonizando desde os tempos antigos, atingindo momentos de verdadeiro terror em episódios como a escravidão do continente africano e seus descendentes por impérios europeus, ou a limpeza étnica. Que o regime nazista alemão tentou realizar durante a Segunda Guerra Mundial, para citar apenas dois casos.

A luta contra o racismo ocorre em diferentes níveis, tanto comunitário, estadual ou internacional; na verdade, a Organização das Nações Unidas adotou desde 1965 a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, celebrando assim 21 de março como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

Racismo é um conceito intimamente relacionado à xenofobia, embora não sejam exatamente sinônimos. Além disso, o racismo pode surgir da cor da pele, da forma das feições ou até de critérios mais elaborados e difíceis de expressar.

Pode servir a você: Patrimônio

Tipos de racismo

Algumas instituições estatais operam com base na discriminação racial.

Existem muitas maneiras de expressar o racismo, tais como:

Racismo cultural. É assim denominado quando tradições oriundas de uma etnia considerada “inferior” ou “má” são rejeitadas ou denegridas, defendendo uma cultura “pura”. A ironia é que nenhuma cultura é verdadeiramente pura, mas sim o resultado de processos históricos de assimilação e mistura que hoje são indetectáveis.

Racismo institucional. Fala-se de racismo institucional quando as instituições do Estado atuam na discriminação racial, ou seja, quando a justiça atua de forma diferenciada conforme a cor da pele do cidadão, ou quando as práticas racistas são internalizadas e normalizadas dentro da polícia, como ocorre em alguns estados de os Estados Unidos.

Racismo reverso ou discriminação racial “positiva”. Ocorre quando é discriminado um indivíduo pertencente à etnia majoritária, isto é, quem normalmente não é discriminado, ou ainda quando são concedidos privilégios a um indivíduo pertencente a uma etnia discriminada, como compensação por pertencer a ela. Por exemplo, quando as vagas na universidade são concedidas a membros de apenas um grupo étnico.

Racismo aversivo. Este termo é usado para se referir ao racismo sutil e à xenofobia, ocultos em posições supostamente contrárias ao racismo convencional. Pode ser considerada uma forma de racismo inconsciente, uma vez que o indivíduo pode conscientemente não querer ser, mas certas ações inconscientes revelam seu desconforto ou frieza diante de membros de outras raças.

Racismo oculto. O racismo oculto é uma forma discriminatória não explícita, que indiretamente legitima e estende o racismo, muitas vezes disfarçando seus argumentos de pseudociências, razões políticas ou julgamentos sociais que, aparentemente, não são racistas, mas “objetivos”, mas escondem uma forma de pensamento excludente.

Racismo e discriminação

Homofobia é a rejeição de pessoas homossexuais.

O racismo é talvez uma das formas mais comuns de discriminação que existem na sociedade humana, ainda hoje. Mas não é o único. Outras formas de segregação dos diferentes incluem:

Xenofobia . O ódio, medo ou desprezo pelos indivíduos do exterior, pelas suas tradições ou pelo seu modo de falar, enfim, a rejeição da convivência com quem vem de outras partes do planeta.

Homofobia . A rejeição ou ódio aos homossexuais ou à própria existência de relações homossexuais, qualificando-os de nefastos, perversos, antinaturais, etc., a ponto de negar direitos ou violar a integridade física ou moral de pessoas com tal orientação sexual.

Discriminação religiosa. Baseia-se na adesão de uma pessoa a uma ou outra religião, como motivo para discriminar ou endossar suas ações, seus direitos ou sua existência. Por exemplo, na esteira dos ataques terroristas de grupos islâmicos fanáticos no Ocidente, toda a religião e seus praticantes são frequentemente rotulados de terroristas.

Prejuízo

Pessoas preconceituosas presumem que algo é verdade de antemão.

Um preconceito, por outro lado, é como seu nome indica (pré , “antes”; julgamento “opinião, avaliação”), uma opinião, avaliação ou posição sobre um tema, um grupo humano ou uma forma de pensar, que é assumido desde o início e muito antes mesmo de entrar em contato com ele.

Ou seja, pessoas preconceituosas têm preceitos formados a respeito de ideias, lugares ou pessoas que não conhecem , mas que desde o início assumem como verdadeiros. É uma das muitas formas de ignorância, da qual nenhum de nós escapa.



Figura 2- O amor atravessa fronteiras

O que é racismo

O racismo pode ser descrito como uma (1) ideologia, uma (2) atitude e uma (3) estrutura de violência e discriminação a partir da noção de “raça”.

Xenofobia

A xenofobia deve ser considerada em relação às culturas locais e as relações de poder que já existem em uma sociedade.

Desigualdade social

A desigualdade social é um problema persistente nas sociedades modernas, e é necessário entendê-la de forma não individualista. A sociologia ajuda a compreender suas causas e consequências.

Movimento negro

O movimento negro é um dos movimentos sociais mais importantes na atualidade, tendo uma longa história no Brasil e em outros países contra a desigualdade racial.

Em outras palavras, o racismo está enraizado em diversas sociedades, e ele se apresenta tanto em ações individuais ou coletivas, quanto em ideias que inferiorizam pessoas de uma determinada “raça”.

Assim, o racismo é um conceito que envolve toda a sociedade. Não se trata, portanto, de uma ação isolada ou esporádica, mas de uma violência histórica que só pode ser entendida quando percebemos nossas relações sociais.

Causas do racismo

É difícil apontar um número determinado de “causas” do racismo. Afinal, o racismo, assim como outros fenômenos, ocorreu na história como um processo, não possuindo uma data de origem. Entretanto, é possível descrever alguns marcos históricos e as violências envolvidas. Entenda a seguir:

Colonialismo: é um processo de invasão e exploração do território de um povo. Nesse caso, países europeus colonizaram – ou seja, exerceram uma autoridade, e em alguns casos, até exterminaram – diversas sociedades. Esse processo foi levado adiante com a ideologia racial que impõe que “brancos” – ou seja, os próprios europeus – são de algum modo superiores, e estariam levando a “civilização” para os demais povos.

Dominação colonial: embora o colonialismo historicamente tenha acabado, a dominação dos países colonizadores não cessou simplesmente. Ainda hoje, a economia, a política e os modos de vida das classes dominantes em diversos países valorizam as ideologias de uma “civilização” branca, ou seja, pautada em valores racistas.

Escavidão: no Brasil, uma das consequências da invasão colonial europeia foi a escravidão – primeiro, da população indígena originária, e depois de africanos de diversas etnias. Esse sistema escravista tinha uma organização racial bastante evidente: brancos, de origem europeia, seriam os detentores do poder econômico, cultural, e eram donos de escravos.

Branqueamento: mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, a ordem social continuou racista. Assim, uma das políticas adotadas foi a de branqueamento: trazer imigrantes europeus para o país para modificar, por meio da miscigenação, o grande número de pessoas negras que formam o Brasil. Logo, esses imigrantes se beneficiaram de políticas públicas para se estabelecerem no país; contudo, o mesmo não ocorreu para com a população negra, mesmo tendo acabado de sair de uma escravização histórica e persistente.

Racismo estrutural

A partir de algumas das “causas” apontadas no tópico anterior, é possível notar que o racismo não se trata de uma ação isolada ou individual. Ao contrário, o racismo está presente na própria formação de países e sociedades.

Portanto, o racismo é estrutural, primeiramente, no sentido de que ele é constitutivo e enraizado na sociedade. Consequentemente, nossas relações sociais, o Estado, as instituições – como a escola, a polícia, a política – e outras instâncias estão pautadas no racismo.

Em segundo lugar, trata-se de racismo estrutural porque envolve toda a organização de uma sociedade, ou seja, uma estrutura que mantém o racismo persistindo nos dias atuais. Logo, não bastam as “causas” da violência racial, mas as razões dela continuar operando atualmente.

Portanto, o racismo não é causado por uma patologia, uma anomalia, ou a falta de caráter de alguém: é, na verdade, um sistema complexo e histórico, fazendo com que o racismo ocorra a todo momento, e que as pessoas sejam racistas sem perceberem.

Racismo e preconceito

O preconceito é geralmente conceituado como um conjunto de crenças a respeito de um grupo que pode não ser verificado na prática. Assim, é muitas vezes resumido como uma ignorância ou julgamentos equivocados a respeito de uma categoria social.

De fato, o preconceito é apenas uma das manifestações do racismo estrutural. Frequentemente, pessoas de grupos raciais são taxadas com estereótipos ou excluídas de empregos apenas por apresentarem um determinado fenótipo.

Entretanto, no caso do racismo, o preconceito não é apenas uma ignorância ou falta de caráter de alguém – ele é, mais profundamente, a expressão de um sistema e uma educação que violenta um grupo racial.

Exemplos de racismo

Uma vez que o racismo já foi discutido como uma estrutura, nos exemplos a seguir não será dada atenção a preconceitos raciais individuais – que não deixam de ser graves, e um crime. Mas aqui o enfoque será em como os dados mostram um racismo intrincado e constitutivo da sociedade brasileira:

Desemprego

Em 2017, o número de desempregados no Brasil era de 13 milhões. Entretanto, dessa quantidade, cerca de 64% era composta de pessoas negras. Nesse contexto, os estudos mostram que essa diferença está associada ao preconceito racial que pessoas negras enfrentam, sendo consideradas menos capazes que os candidatos brancos no acesso ao emprego formal (1).

Desigualdade de renda

Para tornar mais evidente a desigualdade, um estudo realizado em 2016 computou a taxa de empreendedorismo, que foi de 31,6% entre brancos e 38,5% entre negros. Entretanto, mesmo com esse engajamento maior, apenas 21,2% das pessoas negras recebiam de três a seis salários mínimos, enquanto 34,8% dos brancos recebiam esse valor (1).

Procura por branqueamento

Embora as políticas de branqueamento tenham um contexto histórico nos séculos XIX e XX, a ideologia parece permanecer de algum modo ainda nos dias atuais. Conforme a Anvisa, desde 2011 aumentou no Brasil a procura por sêmen importado dos Estados Unidos. Aqui, essa procura se dá principalmente por casais abastados que procuram ter filhos com o perfil “branco, e de olhos azuis”.

Homicídio de jovens negros

Segundo as pesquisas, o homicídio de jovens negros de 18 a 25 foi 134% maior que o número de brancos. Enquanto esse tipo de violência tem diminuído entre a população branca, o assassinato desse perfil populacional (negro, do sexo masculino e jovem) cresce nos estudos. Além disso, as pesquisas mostram que essa taxa é influenciada sobretudo pela cor, e não apenas pela condição socioeconômica dos indivíduos.



Figura 3- Racismo não!

O racismo que está no outro e é tolerado

Em uma famosa pesquisa brasileira publicada em 1996 (5), 97% das pessoas entrevistadas responderam que não são racistas. Em contrapartida, 98% desses mesmos indivíduos responderam que conhecem alguém (um amigo, um parente, um namorado, enfim, pessoas próximas) que possuem atitudes racistas. Ou seja, além de o racismo ser tolerado, ele é frequentemente considerado como um problema individual do outro, e não seu.

Assim, apesar dos exemplos acima serem limitados – e ser possível ampliá-la em uma grande lista –, são suficientes para mostrar como uma estrutura racista está presente na sociedade brasileira. A seguir, entenda mais sobre essa questão no Brasil.

Racismo no Brasil

Por muitos anos, foi ressaltada até em meios intelectuais o discurso da “democracia racial” no Brasil. Conforme essa ideia, nossa identidade nacional é formada por portugueses, africanos e indígenas, sendo nós essencialmente miscigenados.

Logo, segundo o mito da democracia racial, no Brasil não existiria racismo, assim como há em nações como os Estados Unidos. Contudo, essa é uma tese

equivocada. Embora as relações raciais sejam de fato diferentes em ambos os países, isso não quer dizer que essa violência não exista.

De fato, os estudos estatísticos comprovam a desigualdade racial existente no Brasil. Além disso, em nossa sociedade temos também o que é chamado de “racismo à brasileira”, ou seja, uma forma frequentemente velada ou disfarçada de preconceito racial.

Lei do racismo

No Brasil, é um marco histórico a promulgação da Lei Caó (Lei 7.715/1989) – denominada assim porque foi proposta por Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, um militante do movimento negro, jornalista, advogado e ex-deputado.

Nessa lei, foram considerados crimes os preconceitos de raça ou de cor. Em 1997, foi promulgada ainda a Lei nº 9.459, passando a incluir como crime também os preconceitos que possuem como base a etnia, a religião ou a nacionalidade.

Desde então, a legislação brasileira sobre o racismo foi aperfeiçoada contra esse crime. Em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288) passou também a colocar em pauta a necessidade de conferir igualdade de oportunidades à população negra.

Como combater o racismo

O racismo não está apenas presente em nossa sociedade, como algo a ser simplesmente expurgado; ao invés disso, nossas relações sociais são formadas também com base em uma estrutura racista. Entretanto, isso não quer dizer que não há esperança na possibilidade de mudança.

Tendo como inspiração a pesquisa citada em um dos tópicos acima, pode ser um bom passo começar a combater o racismo ao admitir que, de fato, como sociedade, somos racistas. E, por essa mesma razão, devemos ser antirracistas, em um ato de justiça social.

Assim, ser antirracista pode abranger diversas ações. Ler, estudar, repensar, ouvir e ressignificar as temáticas levantadas por pessoas negras são exemplos. Além disso, é importante entender e defender as pautas políticas que visam combater a discriminação racial.

De todo modo, é importante entender que toda a sociedade é responsável e está implicada no racismo. Logo, devemos nos compreender também como sujeitos racializados – seja branco, amarelo, indígena, negro – e pensar sobre qual lugar ocupamos nessas relações raciais.

Vídeos sobre a violência racial

Se o racismo está presente em diversos âmbitos da sociedade, precisamos ampliar nossa percepção sobre essa violência e conhecer pessoas importantes que falam sobre o tema. A seguir, confira uma seleção de vídeos que poderão ajudar a compreender e a debater o assunto:

Para começar o debate: racismo estrutural

Nessa entrevista da professora Lilia Schwarcz com o professor Silvio Almeida, é discutido de modo bastante objetivo o que é o racismo estrutural. Assim, é a partir dessa noção importante que essa violência poderá ser discutida no Brasil.

O que devemos fazer

Uma das representantes do movimento negro mais proeminentes no Brasil atualmente é a filósofa Djamila Ribeiro. Acima, veja como podemos discutir sobre a desigualdade racial e a importância de fomentar esse debate.

O “Doll Test”

O “Doll Test” é um experimento que ficou famoso por demonstrar o processo educacional que valoriza diferentemente pessoas negras e brancas em uma sociedade. Portanto, o teste pode tornar mais evidente como o racismo opera em nossas relações sociais.

A psicologia social do racismo

Uma das áreas que se dedica a estudar o racismo é um ramo da psicologia, chamada psicologia social. A partir desse campo, é possível vislumbrar como as pessoas aprendem preconceitos ao longo da vida, e como a discriminação racial é um caso específico.

Negritudes brasileiras

Um caminho importante de combate ao racismo e ressignificação de dores é o reconhecimento de quem nós somos. Sendo assim, compreenda como esse é um trabalho ao mesmo tempo individual e coletivo, e como toda a sociedade está implicada nesse assunto.

Nesse ponto, já é possível notar como a temática do racismo é abrangente. Por essa razão, as pesquisas em ciências sociais e outras áreas têm se dedicado em estudar o assunto e melhorar nossa compreensão sobre quem somos.

Notícia do racismo

Mais de 60% dos portugueses manifestam crenças racistas, diz um estudo do European Social Survey. A ONG SOS Racismo sugere medidas estruturantes para combater o racismo em Portugal - sobretudo na educação e na justiça.

Nunca foi vítima. No entanto, Vanusa Coxi admite que já presenciou vários casos de racismo na sociedade portuguesa. A ativista social portuguesa de origem são-tomense discorda daqueles que afirmam que não há racismo em Portugal. "Na sua totalidade, não creio. Para quem realmente vive a realidade portuguesa, sabe que Portugal, em si, não é um país racista, mas existe racismo em Portugal", sublinha.

"Há mesmo portugueses brancos - posso assim dizer - que assumem que existe racismo em Portugal, mas todos nós sabemos que existem portugueses que preferem enfiar a cabeça na areia e dizer: 'Ah, não. Não existe racismo' ou 'Eu não sou racista'", afirma Vanusa Coxi.

À conversa com a DW África, recorda alguns episódios de racismo que conhece. Um deles aconteceu num centro comercial no Seixal, na margem sul do Tejo: "Quando se vai entregar currículo, se virem um negro e um branco, ambos jovens, por vezes, mesmo se o negro tiver mais capacidade para aquele cargo, porque já teve experiência naquela função, são capazes de dar aquele lugar ao jovem branco por ser branco".

"Muitos dos jovens daqui [do Bairro da Jamaica] acabaram por desistir ou começaram mesmo a desanimar-se de procurar trabalho mediante essa situação, porque aconteceu com eles", afirma.

Não bastam medidas avulsas para combater o racismo

Numa manifestação realizada no passado sábado (27.06), em Lisboa, o CHEGA, partido da oposição com apenas uma representação parlamentar, saiu à rua em jeito de resposta aos protestos promovidos semanas antes pelo movimento "Black Lives Matter" contra a discriminação racial em Portugal, pretendendo mostrar que não há racismo no país. A iniciativa também serviu para apoiar as forças de segurança, acusadas de vários atos de agressão racista contra negros.

Em declarações aos jornalistas, André Ventura, líder do CHEGA - que conquistou 1,29% do eleitorado nas legislativas de 2019 - defendeu direitos e deveres iguais para todos: "É isso que queremos. Não queremos um país em que as minorias possam achar que têm mais direitos do que os outros simplesmente porque são minorias. Por saírem à rua, como ouvimos a deputada Joacine Katar Moreira dizer que 'eles, os brancos, é que são racistas'. Quer dizer, chega disso".

A ativista social Vanusa Coxi não critica o direito à manifestação, entendida por dirigentes de movimentos antirracistas como a resposta aos protestos do passado dia 6 de junho, em que milhares de pessoas saíram à rua, repudiando o racismo institucional em Portugal, numa corrente de solidariedade a seguir à morte do norte-americano George Floyd, depois de um polícia lhe ter pressionado o pescoço durante oito minutos.

Para Mamadou Ba, dirigente da organização não-governamental SOS Racismo, Portugal já não pode "combater o racismo com proclamações, apenas com medidas avulsas".

"Teremos, naturalmente, que enfrentar o problema com medidas estruturantes, nomeadamente na educação, na área da habitação, na área do emprego, mas também na área das instituições, nomeadamente da polícia e da justiça", sublinha.

Mamadou Ba considera fundamental que o Governo comece a olhar rapidamente para a infiltração da extrema-direita nas forças de segurança. E lamenta que, dos 75 casos de racismo registados dentro das forças de segurança, nenhum tenha resultado em condenação.

"Não é compreensível que a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial archive ou deixe prescrever 80% das queixas que lhe chegam", frisa.

"Debelar desigualdades como factor racial no país"

Na semana passada, veio a público um inquérito europeu (European Social Survey) a contrariar André Ventura. Mais de 62% dos portugueses inquiridos manifestam crenças racistas. Apenas 11% dos portugueses não manifestam qualquer tendência. "Os números são, só por si, absolutamente eloquentes", comenta Mamadou Ba.

O estudo pretendia perceber se há racismo biológico e cultural em Portugal. A conclusão foi que os preconceitos ou as tendências racistas são mais fortes entre entrevistados mais velhos e com menor grau de escolaridade. A solução - aconselha o inquérito - depende da educação dos mais jovens.

O dirigente da SOS Racismo diz que "o inquérito chega numa altura bastante particular", pelo impacto que pode ter na capacidade de, finalmente, se desmentir o que se tem dito nos últimos tempos sobre o racismo em Portugal. "É fundamental que o Governo comece a adotar os instrumentos capazes de combater o racismo", afirma.

Ba considera que "isso só será possível se, do ponto de vista orçamental, o Estado decidir alocar uma verba substancial para programas pilotos na área da educação, na área do emprego, da habitação e do emprego, para começarmos finalmente a debelar as desigualdades como fator racial no país".

De referir que, esta semana, o caso Luís Giovanni, estudante cabo-verdiano morto a 21 de dezembro do ano passado, depois de violentamente espancado por um grupo de jovens, em Bragança, voltou à imprensa.

O Ministério Público acusou sete suspeitos pela prática do crime de homicídio qualificado agravado (três em prisão preventiva e os restantes em prisão domiciliária). No entanto, a Justiça portuguesa concluiu, neste processo, que o crime não tem motivação racial.



Figura 4- Juntos de braços no ar (sons do minho)

Nova Lei contra a discriminação racial publicada

A Lei n.º 93/2017 que estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, foi publicada em Diário da República esta quarta-feira, dia 23 de agosto. Aprovada pela Assembleia da República no dia 7 de julho e promulgada pelo Presidente da República em 3 de agosto, aquela Lei altera o regime jurídico de combate e prevenção da discriminação racial. Na prática, o diploma concentra todas as fases dos processos de contraordenação na mesma entidade, por forma a agilizar os mecanismos de atuação e tornar mais célere e efetiva a aplicação da Lei. Por via deste novo diploma legal, o ACM, através da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) passa a concentrar todas as fases do processo de contraordenação das matérias da sua competência, receção e análise de queixas, instrução e decisão, bem como a coordenar a intervenção na prevenção, fiscalização e repressão de práticas discriminatórias. A CICDR vê assim reforçada a esfera de poderes, ficando mandatada para gerir os processos de contraordenação determinando as coimas e sanções acessórias, a aplicar. A composição da CICDR é também alargada para 32 Conselheiros/as, passando a incluir nomeadamente um/a representante da comunidade cigana e um/a representante indicado/a por cada grupo parlamentar da AR. Este diploma vem ainda estabelecer mecanismos de cooperação estreita entre o ACM e a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), passando esta entidade a ter igualmente assento na CICDR. À proibição de discriminação em função de raça, cor, nacionalidade e origem étnica, somam-se, pela primeira vez, novas formas de discriminação, como sejam as baseadas na ascendência e no território de origem, a discriminação múltipla (ofensa a mais do que uma característica protegida) e a discriminação por associação ("em razão de relação e ou associação a pessoa ou grupo de pessoas" detentor dos critérios protegidos). O texto prevê ainda que as partes em conflito possam procurar uma solução através de "um procedimento de mediação a seu

pedido ou por impulso” da CICDR, “com o consentimento do/a infrator/a e da vítima ou seus representantes legais”.

Racismo e Discriminação Racial no Desporto

Comunicação de Adelaide Modesto, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da JALP e de Diogo Monteiro Rodrigues, associado da Associação Portuguesa de Direito Desportivo, no I Seminário Internacional de Direito Desportivo da Língua Portuguesa, que decorreu em Abril. Um texto que convida à reflexão sobre este problema estrutural com raízes históricas partilhadas e bem identificadas.

Decorreu entre os dias 16-18 de Abril o I Seminário Internacional de Direito Desportivo da Língua Portuguesa. No painel “Racismo e Discriminação Racial no Desporto” tivemos oportunidade de intervir como oradores, contribuindo na reflexão sobre este problema estrutural com raízes históricas partilhadas e bem identificadas.

O passado escravagista do Brasil é definidor da sua identidade. O país recebeu cerca de 5 milhões de escravos africanos, o que corresponde a sensivelmente 40% do total dos cativos que embarcaram para a América Central; com inegável impacto nomeadamente nos ciclos económicos (e.g. pau brasil, ouro, café, algodão, tabaco) que assentaram desde sempre numa enorme dependência do trabalho escravo o que deixou marcas profundas na sociedade brasileira, particularmente na forma como os estratos sociais e as estruturas de poder foram construídas, se relacionam e influem na configuração atual da sociedade brasileira, na sua desigualdade, na geografia social e no abismo de oportunidades nomeadamente para os Afrodescendentes.

Em Portugal, os preconceitos racistas contra as pessoas de ascendência africana, herdados de um passado colonial e do período da escravatura não podem ser escamoteados se pretendermos avaliar honestamente qual a relação da sociedade portuguesa com os fenómenos de discriminação racial. Segundo o estudo do European Social Survey (2018-2019), mais de 50% das pessoas inquiridas, em Portugal consideraram que existem grupos étnicos e sociais que por natureza são superiores a outros.

Esta herança, com eco social, manifesta-se em múltiplas circunstâncias e também no desporto e, em particular no futebol, modalidade que pela sua popularidade e dimensão da indústria constitui um importante fator de análise.

Em relatório de 2019 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apurou-se que houve no Brasil um aumento dos casos de discriminação racial em cerca de 53% face a 2018, em 2019 (67 casos) e em 2018 (44 casos). Já se compararmos 2014 (20) com 2019 (67) o aumento foi de 235%. Conclui este estudo que dos 154 casos apontados entre 2014 e 2019, 133 estiveram relacionados com o futebol, sendo que destes, 82 dizem respeito à discriminação racial.

Em Portugal, o recente estudo (março 2021) apresentado pela Associação Plano I, enquadrado no programa “Black Lives Matter in Football”, teve como objetivo

concretizar a forma como as pessoas percebem e vivenciam situações de racismo no contexto da prática do futebol. De entre diversos resultados sublinhamos o facto de as pessoas participantes mais jovens destacarem a cor da pele como principal fator de discriminação no futebol português, assim como cerca de 71% dos/as atletas amadores. De entre todas as pessoas participantes, 60% consideraram que existe racismo no futebol português.

Contudo, cerca de 62% das pessoas participantes com 40 ou mais anos de idade consideraram que não há racismo no futebol português. Ainda, 40% das mulheres e 60% dos homens participantes referiram que já presenciaram mais do que uma vez casos de racismo neste contexto, tendo também a esmagadora maioria das pessoas participantes declarado que quem mais exhibe comportamentos racistas são os adeptos.

Por último, cerca de 87% das mulheres e 83% dos homens participantes consideraram que o tratamento que é dado aos casos de racismo é desadequado, reportando ainda que as medidas que melhor poderiam contribuir para prevenir e combater o racismo no futebol em Portugal seriam a punição e o investimento na educação contínua.

Atendendo a estes dados, no que respeita ao ordenamento nacional, é possível assinalar um conjunto de iniciativas, legislativas e programáticas, que recentemente têm sido desenvolvidas, com o objetivo de combater estes fenómenos na sociedade e também no desporto e que pretendem robustecer o atual regime jurídico, nomeadamente a Lei 39/2009 de 30 de julho que enquadra todo o fenómeno da violência no desporto, onde se incluem manifestações de racismo, xenofobia e intolerância (e.g. entoação de cânticos, bandeiras, cartazes, símbolos ou outros sinais, atos violentos, manifestações de ideologia política, materiais ou objetos proibidos suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência, declarações públicas que incitem ao discurso de ódio, etc) e que prevê obrigações neste domínio nomeadamente para os organizadores das competições, promotores dos espetáculos desportivos e espetadores, em que o sancionamento é feito quer do ponto de vista disciplinar quer contraordenacional.

O diploma prevê também alguns crimes (dos quais realçamos a participação em rixa na deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo), sendo que, o enquadramento penal do crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência. é feito pelo artigo 240º do Código Penal.

Destacamos em primeira linha o “Plano Nacional de Ética no Desporto” (PNED) - conjunto de iniciativas estruturadas em cinco eixos de atuação multisectorial e multidisciplinar (Formação/Educação; Prática Desportiva/Eventos; Publicações/Investigação/TIC; Concursos; Campanhas), que visam divulgar e promover a vivência dos valores éticos inerentes à prática desportiva valorizando a missão do desporto, na sua dimensão inspiradora e formativa, tanto ao nível individual como das grandes aglomerações humanas, sendo o grande objetivo do PNED uma atuação a montante pelo combate à visão simplista e mercantil do Desporto realçando a esfera da

sua verdadeira essência: dotar o processo e a educação e formação dos jovens de uma característica de natureza humanista.

A que se soma a criação pelo Decreto Regulamentar N.º 10/2018, de 03 de outubro da Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD), que desde 1 de novembro de 2018 é a entidade administrativa com competências na ação contraordenacional no âmbito da Lei n.º 39/2009 e que, em cerca de 2 anos de atividade, proferiu cerca de 1300 decisões condenatórias, 950 das quais já definitivas e 250 interdições de acesso a recinto desportivo, das quais 180 já entraram em vigor. Números que traduzem um aumento seis vezes superior à soma das medidas de interdição administrativa entradas em vigor nos 10 anos anteriores Além da atividade sancionatória a APCVD tem também uma componente educativa.

Por fim, destacamos a iniciativa “Plano Nacional Contra o Racismo e Discriminação Racial” 2021-2025, em consulta pública até 10 de maio de 2021 com 4 princípios e 10 linhas de atuação cujo objetivo é concretizar o direito à igualdade e à não discriminação.

Este plano, com um capítulo dedicado inteiramente ao Desporto (entre outros, dos quais destacamos a educação e cultura), estipula medidas como o reforço e promoção de campanhas de prevenção e combate à discriminação no desporto, envolvendo diversas entidades públicas e privadas de todas as modalidades, assim como a avaliação da legislação e mecanismos em vigor, através de um estudo comparado na União Europeia no âmbito da legislação desportiva sobre a prevenção e combate ao racismo.

Estas medidas, assim como outras previstas no referido documento, vão ao encontro às conclusões do estudo da Associação Plano I, já mencionadas.

Do debate e da partilha de experiências com profissionais que atuam no Brasil e em Portugal foi possível concluir pela similaridade dos problemas e dos desafios, nomeadamente no meio digital, tendo em vista a evolução dos e-sports, bem como, a proliferação do discurso de ódio por vasos comunicantes extra-arena/estádio, uma realidade multidinâmica a que o direito terá de dar respostas sempre atuais e tal como a realidade, em constante mutação.



Figura 5- STOP racism

Noticia

O Parlamento Europeu (PE) quer que os países da UE tomem medidas para combater o racismo estrutural e a discriminação na cultura, na educação, nos meios de comunicação social e no desporto.

Num relatório hoje aprovado em plenário com 495 votos a favor, 109 contra e 92 abstenções, os eurodeputados pedem à UE e aos Estados-Membros que adotem várias medidas para combater o racismo e a discriminação de natureza estrutural.

A relatora do Parlamento Europeu, Salima Yenbou (Verdes/ALE, França), afirmou: “Temos de trabalhar ativamente contra o racismo, para que as nossas filhas e os nossos filhos já não se questionem sobre se têm um lugar nas nossas sociedades. Para construir um futuro melhor, temos de conhecer e compreender a nossa história. É por isso que é importante que os estudantes aprendam mais sobre o colonialismo, a escravatura, o genocídio e todos os fenómenos que deles derivam”.

Revisão dos programas de ensino e medidas contra a segregação nas escolas

O PE propõe, por exemplo, que os programas de ensino sejam revistos para “explicar a história das nossas sociedades através de uma abordagem orientada e contextualizada”, a fim de compreender melhor as suas ligações entre o passado e o presente e de contribuir para erradicar os estereótipos que conduzem às discriminações atuais.

A assembleia exorta os Estados-Membros a promoverem as culturas e a história das minorias nos programas escolares, nos museus e noutras formas de expressão cultural e histórica e a reconhecerem a contribuição das suas culturas para o património europeu.

Os programas de ensino, o material didático e as atividades educativas devem ser elaborados “sob o signo da diversidade e da inclusão”, a fim de assegurar a integração de autores, historiadores, cientistas, artistas e outras pessoas de diferentes origens raciais e étnicas, defende o relatório.

O PE condena veementemente a prática de segregação racial e étnica nas escolas, que ainda existe na Europa, apelando a políticas inclusivas para os alunos e ao acesso equitativo do pessoal docente proveniente de grupos raciais e étnicos minoritários a lugares em todos os níveis de ensino. Todos os docentes devem ter acesso a uma formação adequada para que possam adquirir as competências necessárias para promover a inclusão e a tolerância.

Os Estados-Membros devem também introduzir programas de aprendizagem ao longo da vida para os funcionários públicos e, em particular, para as forças de segurança pública, tendo em vista a erradicação de comportamentos racistas e xenófobos, diz a assembleia europeia.

Restituição de obras e artefactos culturais aos seus locais de origem

O PE apoia o reconhecimento, por parte de alguns Estados-Membros, da “necessidade de restituir obras e artefactos culturais aos seus locais de origem, uma vez que tal permitiria promover o respeito e o entendimento mútuo do património cultural de cada um”, pedindo à Comissão que facilite o diálogo para promover a partilha de boas práticas entre Estados-Membros, países terceiros, museus e outras instituições culturais.

O papel dos meios de comunicação social

Os eurodeputados querem que os Estados-Membros tomem medidas para impedir que os meios de comunicação difundam “retórica estigmatizante, discursos de ódio, falsas narrativas e representações negativas de grupos étnicos ou raciais específicos que apenas servem para desumanizar as pessoas em causa”.

Os parlamentares condenam a “retórica racista veiculada por certos meios de comunicação social”, que responsabilizam, por exemplo, os migrantes por vários problemas económicos e sociais e que dão uma cobertura desproporcionada aos crimes cometidos por migrantes.

A assembleia europeia insta a Comissão e os Estados-Membros a deixarem de conceder financiamento a órgãos de comunicação social que promovam o discurso de ódio e a xenofobia.

Tolerância zero ao racismo no desporto

Quanto ao desporto, os eurodeputados solicitam à Comissão, aos Estados-Membros e às federações desportivas que adotem medidas para prevenir o discurso de ódio, a violência e outros comportamentos racistas e que apliquem sanções

contra estes atos. São também necessárias medidas para apoiar as vítimas e para proteger os atletas que denunciem o racismo.

O PE pede ainda à Comissão que elabore recomendações ou orientações no domínio do desporto para combater o racismo nas organizações desportivas a nível local, regional, nacional e europeu e promover a inclusão e o respeito.

Dados

De acordo com um inquérito da Agência dos Direitos Fundamentais da UE, 45% das pessoas de ascendência norte-africana, 41% dos ciganos e 39% das pessoas de ascendência subsariana enfrentaram discriminação em razão da sua origem étnica ou de antecedentes de imigração.

Um Eurobarómetro de 2019 revelou que mais de metade dos europeus consideravam que a discriminação racial era generalizada no seu país. O facto de se «ser cigano» (61% dos inquiridos), a «origem étnica» (59%) e a «cor da pele» (59%) foram os três principais motivos de discriminação identificados pelos cidadãos europeus.

O racismo e os padrões de beleza

Lugar de Fala é o espaço dos leitores no site da Cult. Todo mês, artigos enviados por eles são publicados de acordo com um tema. O de março de 2020 é “racismo”.

Dentre todas as formas de preconceito, o racismo é de longe o que mais me toca, me dilacera, me faz chafurdar em desesperança e desacreditar absolutamente da humanidade.

Centenas de anos de escravização, teorias da eugenia e investidas vorazes nessa ideia estúpida de distinção racial criaram um dano irreparável, um abismo entre seres biologicamente idênticos, afinal não existe sangue alemão, sangue italiano ou nigeriano, existe apenas sangue A, B, AB e O em qualquer grupo de seres humanos.

Ainda que hoje todas as formas de preconceito sejam recriminadas e acarretem em penalidades, o racismo velado ainda parece inerente a muitas famílias, é preciso uma boa dose de conhecimento e reflexão para desconstruir conceitos aprendidos no próprio núcleo familiar.

O padrão de beleza europeu, tão valorizado no Brasil, é um traço muito marcante do racismo velado que vivemos nos dias de hoje. Existe uma distorção absurda no que tange a características físicas, caso essas não sejam tipicamente europeias são consideradas inferiores. Qualquer fenótipo negro é tratado quase que como um defeito e não como um traço inerente a natureza do povo negro, os cabelos, por exemplo, devem ser lisos e claros, porque cabelos crespos e escuros são um erro, daí surgem termos como “cabelo ruim” tão presente no vocabulário dos brasileiros, e apenas mais uma forma de desqualificar a origem negra.

Surgem todos os dias cosméticos e técnicas de “embranquecimento”, não desta maneira declarada, claro, mas eles estão aí, são cremes clareadores, maquiagem de contorno para afinar os traços, produtos para alisar os cabelos etc.; tudo isso seria absolutamente compreensível se fossem apenas produtos femininos vendendo ideais irreais de beleza (que já são sugestivos e invasivos o bastante), mas no fundo eles carregam uma carga cultural absolutamente destrutiva. Imagine ser uma garotinha negra em um mundo onde as bonecas mais desejadas são tipicamente caucasianas, ou crescer vendo sua mãe, tias e irmãs lutando contra a própria natureza para parecerem mais adequadas, bonitas e aceitas, essa criança dificilmente se sentirá segura e forte o bastante para ocupar os lugares que as crianças que nunca tiveram que pensar sobre isso ocuparão.

Tabela 1- Tipos de racismo

Tipos de racismo em Portugal	homens	mulheres
trabalho	456	9768
desporto	6668	097387
escola	588	37738
hospitais	66688	4867
restaurantes	8627	5974
bibliotecas	789	997
Jardins públicos	8657	223

Se você nunca precisou pensar sobre discriminação ou sobre a importância da representatividade, acredite, você é um privilegiado, e eu te faço um convite a uma reflexão, basta um pouco de empatia e uma boa dose de inconformismo.

O mundo precisa de mais pessoas exercendo seu papel de transformação na sociedade, não é preciso ter sofrido um ato de racismo para lutar contra ele, precisamos disseminar o conhecimento sobre o tema, pensar sobre ele, promover discussões, e claro, lutar diariamente para que atos racistas não se repitam. Sou incapaz de me manter em silêncio diante de uma fala racista, e me posicionando no mínimo causarei um pequeno momento de reflexão, e com alguma sorte, um registro de constrangimento na memória do agressor.

Sobre a representatividade, tão fundamental em todo esse processo, é necessário encontrar meios de promovê-la e difundir a sua importância, precisamos de mais mulheres negras na TV, no cinema, na ciência, nas grandes corporações, na música, nas universidades, no parlamento, nos palcos e em qualquer posição de destaque. Garotinhas negras precisam se ver em qualquer papel que aspirarem, e só assim elas sentirão que tudo é possível.

Ao se olharem no espelho, é preciso que elas sintam apreço por si mesmas, que amem seus cabelos, cor e traços, e cabe a nós, que já conhecemos os efeitos letais da eugenia, mostrar a elas o quanto são lindas, inteligentes e capazes.

O racismo existe, ele está aí, no nosso dia a dia, aqui nesse breve desabafo falei das garotinhas negras, mas esse tema (infelizmente) é amplo e tem dezenas de outras vítimas que dariam textos imensos.

Eu escolhi não me omitir, esse é o meu legado de luta. O meu lugar de fala é o lugar de uma garota branca antirracista.

O racismo, a moda, e a diversificação dos padrões de beleza: o exemplo de Iman, top model Somali dos anos 70/80

Resumo:

Muito do trabalho desenvolvido por pensadoras feministas dos anos 70 aos anos 90 teve por objectivo denunciar a forma como a sociedade patriarcal não respondia as várias necessidades das mulheres nela inseridas. Nos anos 90, o debate feminista diversificou-se em termos geopolíticos, incluindo questões de raça, religião e multiculturalismo. Ao mesmo tempo, promoveram-se estilos de vida alternativos, normalizando diferentes modelos de género. É no âmbito desta última prática que se coloca a questão de figuras precursoras. Quem mudou a noção do que é socialmente aceitável? Quem estabeleceu novas possibilidades? A minha investigação centra-se no mundo da alta costura, esfera com um forte apelo internacional, promovendo ideais de beleza e elegância. O caso de estudo que proponho constitui uma história de superação de padrões racistas na moda. A minha comunicação explora a carreira de Iman, modelo Somali que se tornou uma das estrelas de casa Yves Saint Laurent, nos anos 70/80, quando poucas modelos pretas tinham visibilidade nesse mundo. Hoje em dia, Iman está radicada na América, e tem mantido um discurso público sensível às questões de racismo no mundo da moda. Revisitar o seu testemunho é importante para reflectir sobre a necessidade de diversificar noções de beleza e denunciar a marginalização de

diferentes grupos de mulheres face aos mais promovidos padrões de elegância e glamour.

Abstract:

The aim of the work by many feminist thinkers from the 70s to the 90s was to expose the ways patriarchal societies did not live up to the needs and expectations of the women. From the 1990s onwards the feminist debate diversified its geopolitical scope so as to include issues related to race, religion and multiculturalism, while promoting alternative lifestyles. Thus, new gender models became established due to the impact of pioneering figures who changed the limits of what was socially accepted, establishing new possibilities. My research addresses the fashion world, an area of activity with high international impact, responsible for establishing patterns of beauty and elegance. I will address a case study which surpasses racism in the fashion world. My communication explores four biographies and an interview with Somali top model Iman, a star at Yves Saint Laurent in the 70s/80s, when few black models were integrated in the world of high fashion. Currently, Iman lives in America and she has kept a public discourse sensitive to issues of racism in the fashion world. Iman's testimony is important to reflect on the necessity of diversifying beauty ideals and expose the marginalization of groups of women from the most promoted patterns of elegance and glamour.

A motivação para escrever este artigo passa pelo meu papel como mãe e professora ao constatar como as adolescentes são profundamente influenciadas pela moda e pela publicidade na sua procura de autodefinição, isto é, na construção da sua noção de si. A noção do belo, ou da elegância, ou de beleza feminina, é algo que a maioria das adolescentes almeja, e esta procura de modelos de si pode tornar-se mais uma componente ofensiva e castradora para uma jovem adolescente (e para mulheres mais velhas também), quando, num país multirracial como o Brasil, se valorizam certos tipos étnicos como o modelo de beleza, em desfavorecimento da diversidade dos tipos de beleza que efectivamente existem. Se este artigo parece fútil, peço aos leitores que pesem o impacto da mídia e o número de indivíduos sensível a questões de moda e beleza. Todo um império económico global vive em torno dessa "fútil" questão, que é, isso sim, um poderoso mecanismo de exclusão social e a causa de uma séria ferida na parcela de narcisismo necessária a uma saudável definição da noção de identidade individual, inscrita, sempre e necessariamente, em interacção com o mundo social colectivo e os seus discursos e ideologias dominantes.

Num país como o Brasil, onde reside uma significativa população negra,¹ pergunto que tipo de mensagem enviam as próprias instituições brasileiras a todas as adolescentes/mulheres que não se reveem, por exemplo, na imagem de Gisele Bündchen desfilando na abertura dos jogos Olímpicos no Brasil, 2016, ao som de Garota de Ipanema (Tom Jobim e Vinicius de Moraes, 1964), como se a sua beleza loura e branca fosse o ex-líbris do Brasil. Sublinho que, nesse contexto, cerimónia de abertura de um evento internacional acolhido pelo Brasil, não é a imagem da jovem que inspirou Jobim e Moraes que deve ser recordada. A imagem da mulher brasileira é que é evocada: trata-

se da apresentação do Brasil ao mundo, não da biografia de um artista (a mulher que teria inspirado a canção seria a modelo, branca e alourada, Heloísa Pinheiro).

Como pensadora feminista portuguesa, com várias colaborações com colegas do Brasil e, por isso, um pouco consciente da realidade brasileira, lembro-me de ter pensado imediatamente que a imagem de Bündchen não representava a mulher brasileira em toda a sua diversidade. Mesmo tendo em conta a extraordinária carreira dessa modelo, essa escolha, nesse contexto, evoca uma longa história de racismo silenciado na sociedade brasileira.

No desenrolar deste artigo começo por discutir questões de racismo na sociedade brasileira. A seguir, abordo a força dos modelos identitários, que tanto podem ter uma função opressiva como uma função liberadora, e avanço dois exemplos de modelos liberadores concebidos por pensadoras feministas: a americana Donna Haraway e a sua teoria ciborgue, e a filósofa Rosi Braidotti (1994) e a sua figura do nómada.

Por fim, exploro um exemplo concreto da história do mundo da moda europeia e americana, a famosa modelo Iman, uma das primeiras modelos pretas² que desfilou no elitista mundo da alta costura,³ e que provou, pela sua produtiva e bem-sucedida carreira, que a indústria da moda pode representar a diversidade da beleza feminina sem, com isso, sacrificar a sua eficácia comercial. A sua biografia publicada e um livro de conselhos de moda para “mulheres de cor” (expressão usada nessa publicação, a partir da palavra inglesa “coloured”) serão os nossos guias no confronto com os preconceitos da indústria da moda e de luxo. Sublinhe-se que, décadas mais tarde, ao verificar a persistência de preconceitos racistas na moda e nos média, Iman se tornou, juntamente com Naomi Campbell, a impulsionadora de uma campanha internacional (“Diversity on Runway”) contra a prevalência destes preconceitos. Hoje em dia, o debate em torno do racismo e a favor da diversidade é corrente no mundo da moda, e esperemos que tenha consequências efectivas.

Segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2004), a história do desenvolvimento de uma consciência social das práticas racistas na sociedade brasileira é longa e complexa. Até aos anos 70, não se falava de racismo no Brasil. Falava-se de preconceito de cor, que radicava numa desculpabilização da discriminação a partir do pressuposto, tautológico, de que os negros eram pobres porque não conseguiam ascender socialmente, logo, não era uma questão de racismo, mas de classe social. O que era preciso fazer era minimizar a pobreza. Mas, como refere Guimarães citando Blumer, são quatro os sentimentos que estarão sempre presentes no preconceito racial do grupo dominante: (a) de superioridade; (b) de que a raça subordinada é intrinsecamente - diferente e alienígena; (c) de monopólio sobre certas vantagens e privilégios; e (d) de medo ou suspeita de que a raça subordinada deseje partilhar as prerrogativas da raça dominante (2004, p. 17-18). Esta é uma visão racista do mundo, mas, no caso da sociedade brasileira, foi pela luta de classes levada a cabo pela intelectualidade alinhada com uma agenda política de esquerda que os direitos da população negra começaram a fazer parte da agenda política.

Se recuarmos um pouco no argumento de Guimarães, é curioso como o autor aponta que já o modernismo brasileiro, movimento artístico dos anos 20, centrado sobretudo na cidade de São Paulo, recupera a imagem do índio e referências da cultura popular para enraizar a identidade brasileira na diferença face aos padrões modernistas europeus. E, no entanto, esta procura de raízes autóctones é feita pela negação dos fortes elementos africanos da cultura nordestina, que nunca lhes interessou particularmente:

É que, no começo dos anos 1920, a revolução estética modernista já inventara o primitivo brasileiro, o popular, sob a influência das emoções trazidas pelos novíssimos espetáculos de massa europeus e de seu gosto pelo exótico - o modernismo artístico já desembarcara no Brasil pelo porto de Santos e fora gulosa e rapidamente consumido pelas vanguardas intelectuais paulistas, em busca, a um só tempo, de autenticidade e de sintonia com a Europa. O pensamento político que subjazia a essa elite, o seu declarado culto pelo imigrante, pela industrialização e pela urbe moderna, era de todo antagônico à lembrança do passado colonial luso-brasileiro do decadente Nordeste (GUIMARÃES, 2004. p. 13).

Ou seja, segundo Guimarães, o Brasil, demorou a confrontar-se com o seu próprio racismo, até se admitir nas esferas social e política que o racismo, enquanto princípio de discriminação, era anterior à relação entre “classe” e “raça” porque ao racismo já determinava a inserção de partes da população nas classes sociais mais desfavorecidas. O grande teórico a confrontar o Brasil com estas questões teria sido Carlos Hasenbalg (1979), que afirmou (citado via Guimarães):

O racismo, como construção ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição (HASENBALG, 1979, p. 114, apud GUIMARÃES, 2004, p. 26).

Ou seja, mesmo com a abolição da escravatura, uma dada visão simbólica do mundo permaneceu intacta, e as práticas racistas do grupo dominante branco continuaram a perpetuar formas de subordinação funcionalmente relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos (HASENBALG, 1979, p. 85). O desafio para ultrapassar esse estado de coisas é, segundo Guimarães (2004), descobrir os micromecanismos de discriminação, no âmbito da escola, do livro didático, da sala de aula, da mídia, da propaganda, dos locais de trabalho, dos locais de consumo e do mercado de trabalho (p. 28).

Se acrescentarmos o eixo discriminatório do sexismo, aliado às questões de racismo e da abissal diferença de classes na sociedade brasileira, podemos considerar que a moda, a publicidade e os padrões de beleza dominantes também constituem (micro) mecanismos de discriminação tão argutamente apontados por Guimarães. Voltaremos a estas questões mais à frente.

Partindo de um outro ponto de vista mais circunscrito a um estudo sobre educação no Brasil, Petronilha Silva (2007) refere que não se pode “fazer vista grossa para as tensas relações étnico-raciais que ‘naturalmente’ integram o dia-a-dia de homens e mulheres brasileiros” e não “tomar conhecimento de que a sociedade brasileira projeta-se como branca” (p. 492-493). Considero que as palavras de Petronilha Silva ecoam o pensamento de Guimarães (2004), e completam uma visão crítica da sociedade brasileira que denuncia as suas práticas racistas.

Na sequência dos seus estudos sobre educação, Petronilha Silva (2007) conclui que:

A instrução pública, entre nós, nasce excludente, racista. A discrepância entre valores proclamados e valores reais da educação brasileira, apontada por Anísio Teixeira (1961) e também por Sander (1977), é persistente ao longo da história. [...] a escola, embora concebida, nos termos dos textos legais e objetivos pedagógicos, para garantir e divulgar princípios de justiça e igualdade, tem divulgado e reforçado visão unitária e não plural de sociedade. Tem propiciado a formulação de representações que desvalorizam os diferentes, aqueles que não se encaixam nos padrões difundidos pela referida visão unitária. Tem propiciado representações que geram, junto aos diferentes, tidos como não iguais, percepção de inferioridade que lhes seria inata e quase sempre incorrigível (p. 496).

Tendo em conta as palavras de Guimarães e de Petronilha, talvez não pareça então ser questão fútil questionar o impacto de ver a loira e bela Gisele Bündchen desfilando sozinha na cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos sem outras, três ou quatro companheiras, que, juntamente com Bündchen, invocassem a diversidade racial do Brasil.

Uma imagem/figura pública tem um impacto que se reflecte nas formas de pensar ou estar desse mesmo público, que a admira, e que com ela se identifica. Por isso, a difusão, culto e empoderamento de modelos afrodescendentes, índias ou mestiças, terá, à luz do que acima foi dito, um salutar impacto na sociedade brasileira.

Aliás, há muito que os movimentos dos negros do Brasil cultivam a sua galeria de mitos fundadores, como modelos de resistência social e política. Segundo Flávia Rios (2012), a tradição negra de protesto político no Brasil tem vários momentos fundamentais, que são marcos dessa história particular, nomeadamente, o protesto realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em 1978, conhecido como o ato do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR); de seguida, destacam-se as “As marchas do centenário da Abolição”, em 1988, em várias cidades brasileiras; alguns anos mais tarde realizou-se “A marcha do tricentenário de Zumbi dos Palmares” - 1995 (movimento nacional com passeatas em várias cidades) e, por fim, instituiu-se a “Marcha Nocturna pela Democracia Racial” (que toma lugar em São Paulo, desde 1996). É no decorrer destas manifestações que se verificou que os activistas começaram a compreender o poder de certas figuras de referência, como modelos inspiradores do movimento de activismo político contra o racismo:

A ideia da “falsa abolição” ou “abolição inacabada” é o slogan das últimas marchas; a passeata também conta com grandes fotografias de heróis e pessoas ilustres impressas em banners. Assim, as figuras de abolicionistas - como André Rebouças, José do Patrocínio, Luis Gama - e de líderes de revoltas do Brasil escravagista - como Zumbi e Luiza Mahim - são particularmente reverenciadas. Esses últimos figuram no repertório do movimento como a imagem da resistência negra e da liberdade. [...] As imagens desses heróis são colocadas lado a lado com líderes do movimento negro do século XX, como Adbias do Nascimento (1914-2011), Lélia Gonzalez (1935-1994) e Hamilton Cardoso (1954-1999), dentre outros (RIOS, 2012, p. 72).

Mas não só os momentos políticos mais formais exploram o poder de determinadas figuras públicas. É claramente reconhecido, e muitas vezes pago a peso de ouro, o impacto de algumas figuras públicas, entre elas as modelos de moda. Nos EUA, uma outra nação americana que também tem uma significativa população afrodescendente, o número de agosto da “Vogue” de 1974 fez história: Beverly Johnson foi a primeira mulher preta a aparecer na capa dessa famosa revista americana (que já existia desde 1909). Não quero, com isto, dizer que exista qualquer proporcionalidade entre públicos e diversidade de modelos, ou que desde então a “Vogue” deixou de ser uma revista sobretudo dirigida a um público de elite. Mas alguma regra implícita foi quebrada ao fazer-se algo tão diferente como escolher o rosto de Beverly Johnson para a capa, o que desde então abriu outras possibilidades para subseqüentes editores. Mais importante do que isso, o público branco, norte-americano, foi confrontado com a “normalização” da beleza das mulheres não brancas, e este facto tornou-se um dado adquirido e reconhecido no discurso público. Para a população afrodescendente algo mais radical aconteceu: não tinha de ser representada como um grupo empobrecido, sem acesso a bens de luxo ou glamour. E é isso que é celebrado nas revistas norte-americanas que apostam em modelos pretas: a existência de uma classe média afrodescendente, com acesso às mais prestigiadas universidades e às subseqüentes carreiras liberais, o que lhes permite comprar bens de luxo. E a representação deste poder económico e desta mobilidade social é importante em termos de autoimagem da própria comunidade afrodescendente.

Creio que de tudo o que acima foi dito se pode concluir que sempre se criaram “figuras-modelo” que serviam de referência para moldar ou influenciar comportamentos públicos. Já seria esse o caso, por exemplo, das divindades ou mitos clássicos. Da mesma forma, o debate feminista tem uma vertente que se tem vindo a debruçar não só sobre a desconstrução de mitos sexistas mas também sobre a criação de novos mitos ou figuras que materializem as novas ideias e novas utopias propostas pelos estudos feministas e pelos estudos de género.

Para se definir o “novo”, temos de visitar o que era o “tradicional”. Uma visão tradicional do mundo estava rigidamente dividida entre homens e mulheres, a quem se atribuíam determinadas características e papéis sociais. No fundo, uma visão racista também funciona desta maneira, mas, neste caso, o eixo de diferenciação é “branco” e “não branco”.

Luce Irigaray (1977) afirmaria que numa sociedade baseada na diferença sexual, a valorização do elemento masculino funciona em detrimento do valor ou do reconhecimento colectivo que é atribuído aos elementos femininos dessa mesma sociedade. Sabemos hoje que existem vários géneros, e que as formas de se ser e de se estar no mundo não se reduzem ao esquema binário que divide o mundo entre homens e mulheres, entre masculino e feminino. No entanto, permitam-me recuperar um pouco as teorias de diferença sexual de Luce Irigaray para poder ilustrar o meu argumento. Ao atribuir a cada género (ou raça) uma posição numa dada hierarquia está-se a gerir a distribuição do poder e o acesso a bens. E, muitas vezes, um dos principais eixos de desigualdade, que desde logo marginaliza uma parte da população ao acesso a privilégios e bens, baseia-se em diferenças de género. Por muito que hoje se acuse Luce Irigaray de essencialismo, a verdade é que a grande maioria dos pobres do mundo são mulheres, ao ponto de a Unesco ter vários programas de requalificação das mulheres no âmbito da luta desta organização para erradicar a pobreza.

No caso concreto da diferença sexual, a forma de destabilizar uma tradicional visão binária do mundo passou por apoiar a proliferação de géneros, integrar transsexuais, legalizar o casamento de pessoas do mesmo sexo, e assim alterar o modelo de família nuclear. Ou seja, ao complicar-se esquemas explicativos limitados e rígidos pela promoção das diferenças e da diversidade, a credibilidade de esquemas binários rígidos é reduzida. A variabilidade, a existência de múltiplas possibilidades num qualquer esquema de organização é, em si, subversiva e liberadora. Daí advém a importância de criar novos mitos, que afirmem novas possibilidades de se encarar o corpo, escapando a classificações tradicionais. Veja-se, por exemplo, o muito famoso caso do Manifesto Ciborgue (Donna HARAWAY, 2000). O ciborgue como mito popular contemporâneo representa a fusão entre o humano e a máquina, ou entre o biológico e a técnica. Um ciborgue não teve pai nem mãe, não existe dentro de uma estrutura familiar tradicional, não tem sexo definido, e pode até ser assexuado. Tudo depende das componentes com que o quisermos construir. Se o ciborgue fosse um mito de laboratório, não tinha o apelo popular que tem, nem estaríamos aqui a reflectir sobre este assunto. Por um lado, associado ao desenvolvimento militar, o ciborgue é uma imagem temível, mas existe toda uma filmografia muito bem-sucedida junto do público, em que o ciborgue é alguém com alguma capacidade a mais, alguém optimizado, transformado num super-humano. No mundo tecnológico em que vivemos, a proximidade do ciborgue com componentes mecânicas parece confortável, desejável. De certa forma, a popularidade da cirurgia plástica (estética) no mundo de hoje já é uma materialização desse desejo de nos melhorarmos pela fusão com a tecnologia.

Mas os estudos de mulheres também têm estado presentes na encruzilhada de questões de género e de raça como eixos discriminatórios que se cruzam e se sobrepõem. Gostaria de sublinhar que o propósito de uma evolução fundamental nos estudos feministas ocorreu a partir do anos noventa, quando se reconheceu que diferentes grupos de mulheres, situados em diferentes culturas ou classes sociais, aspira a diferentes alterações na sua vida. Quer isto dizer que o feminismo não pode aspirar ser uno, nem totalizante: existem feminismos, e diferentes agendas e prioridades, adequados à situação de diferentes mulheres. E existem também questões transversais a vários grupos, que dão coesão a um mais variado e global movimento de mundos de

mulheres. Também neste caso, uma pensadora feminista que me é particularmente cara reinventou a figura do nómada, atribuindo-lhe um potencial provocador e subversivo. Refiro-me à Rosi BRAIDOTTI e à sua figura do nómada do século XXI. Pensar “como um nómada” é pensar a partir de uma posição minoritária, mas com uma distância crítica (a do viajante, de quem está de fora) que permite maior consciência das inconsistências e falhas da sociedade onde estamos, como se a víssemos com o estranhamento do viajante, como quem está de passagem. Mas, ao mesmo tempo, o nómada precisa conhecer suficientemente bem as sociedades por onde passa para se mover eficazmente nos seus meandros, pois ele é um sobrevivente. Por fim, a figura do nómada é um mito que nos permite imaginar o estrangeiro em termos positivos, como aquele que vê e entende mais do que o habitante local, porque o nómada observa e compara diversas realidades. Mas ser nómada é também estar em trânsito, em constante movimento. Por isso, o nómada não é “domesticável”, não aceita o que está estabelecido como certo, relativizando tudo e todos.

Quer o ciborgue quer o nómada são mitos fundadores para se pensar novas intervenções políticas e novas formas de activismo no século XXI. Na mesma senda, em articulação com os mitos idealizados pelas duas académicas acima mencionadas, queria levantar a questão da existência de figuras de referência nos media, tais como actores, cantores e modelos que, na cultura popular, assumem o mesmo papel inspirador que os mitos acima reinventados. A título de exemplo, vou debruçar-me sobre um caso icónico no mundo da moda, a modelo Iman, muçulmana natural da Somália, que iniciou a sua carreira em 1975, quando foi convidada para fazer parte de uma agência de modelos em Nova York. O seu notável percurso profissional quebrou muitas barreiras invisíveis nesse mundo fechado e selectivo, tendo-se tornado na musa de Yves Saint Laurent uma das principais casas de moda de Paris nessa época. Para além da sua carreira, que vale pelo exemplo e pelo encorajamento que representa, Iman tem igualmente lutado de uma forma explícita contra o racismo no mundo da moda.

Para se ter uma ideia de como Iman conseguiu desbravar um caminho improvável, a modelo refere, no seu livro autobiográfico, *I Am Iman* (2001), que quando foi “descoberta” pelo fotógrafo americano Peter Beard (a este respeito, Iman sempre diz que não percebe por que dizem que foi “descoberta”, porque não estava nem perdida nem escondida) foi necessário criar uma história inventada para a apresentar ao mundo da moda de Nova York. Aparentemente, uma beleza africana só podia ser aceite no mundo da moda ocidental como representante do exotismo, uma curiosidade para um olhar eurocêntrico e racista. Assim, foi dito aos jornalistas que Iman teria sido descoberta na savana, e nem falava inglês. Iman deixou que se montasse a campanha, chegou a Nova York onde era suposto traduzirem as perguntas dos fotógrafos para si, e, a meio da conferência de imprensa, resolveu começar a falar em inglês e responder a tudo como bem pensava. O espírito crítico por detrás da rebeldia terá feito a diferença em relação a outros modelos, e captou a atenção dos criadores.

Depois de uma fulgurante carreira na moda, Iman abandonou as passerelles 19 anos mais tarde, em 1989. Fundou uma empresa de cosmética para “mulheres de cor” (a expressão que uso é traduzida do inglês, “coloured women”, que é a que é usada no livro), a Iman Cosmetics, hoje em dia avaliada em 25 milhões de dólares. Também

desenhou uma linha de decoração de interiores, fez alguns papéis menores no cinema e casou com o músico David Bowie, com quem viveu mais de 20 anos, até a morte dessa famosa estrela do rock.

Um dos exemplos do activismo de Iman é a sua recente campanha “Diversity on Runaway”, ou a “Diversity Coalition”, da qual também participa Naomi Campbell.⁴ O objectivo desta campanha é denunciar uma hierarquização da beleza feminina, sendo o modelo de referência - portanto o preferido - a loura de olhos azuis. Ora, a questão é que ao dizer-se repetidamente nos media que as mulheres mais belas são louras e têm olhos claros, o que não se diz explicitamente, mas acaba por ser reafirmado, é que a raça branca é “superior”. Ou seja, a partir de uma questão de estética, existe uma política do mundo da moda que não é nem inocente, nem acidental, porque a moda é uma indústria que vai de encontro a mentalidades dominantes, pois quer cativar um público numeroso e rico. Por isso, toda a indústria da moda tem uma mensagem conservadora e racista, que agrada à classe média e que desculpa os seus preconceitos entranhados, em lugar de os confrontar ou questionar. Para as adolescentes de todo o mundo que não são brancas, e que normalmente ligam muito à moda, a mensagem que recebem através dos media globais não é positiva, nem promove a sua confiança e autoestima. Para contrariar esta repetição de discursos racistas, difundidos de uma forma discreta e perigosamente subliminar, é necessário que, tal como no caso do ciborgue ou do nómada, se incentivem novas práticas que apontem caminhos para uma imaginação alternativa, valorizando o que antes se marginalizava ou rejeitava. Dessa forma, afirma-se o valor da diversidade. Pelo contrário, a ausência de modelos de cor nos desfiles dos principais costureiros cria uma estrutura de pensamento binária em que a noção do belo coincide com a raça branca, remetendo à invisibilidade todas as demais raças, como se estivessem marcadas com uma negatividade ou uma falha.

Já Toni MORRISON, a grande escritora americana, prémio Nobel da literatura em 1993, escreveu um livro sobre este mesmo problema social. Refiro-me a *The Bluest Eye* (1970 5), um livro extremamente controverso que acompanha o desenvolvimento de um complexo de inferioridade numa jovem adolescente preta que sonhava ser branca e ter olhos azuis. A grande depressão de 1930 e as suas consequências sociais servem de pano de fundo para ilustrar as dificuldades da comunidade afrodescendente e a vulnerabilidade das crianças que crescem sem protecção face a vários tipos de abuso. No caso concreto da jovem personagem principal deste romance, ter olhos azuis é metáfora do desejo de “ser branca”, pois essa aparência parece proteger outras crianças da falta de amor e da violência que rodeiam a protagonista. Ou seja, a partir de uma questão de aparência, todo um mundo social e todo um percurso de vida (quase que “predestinado”) são denunciados pela mão de Toni Morrison. O romance em questão foi traduzido para o português em 2003 como *O Olho Mais Azul*.

Tal como a escrita de Toni Morrison, o activismo de Iman é um exemplo que nos faz acreditar que todos podemos contribuir com as nossas palavras e gestos para tentar mudar o que está errado no mundo.

A autobiografia de Iman, *I Am Iman* (2001), é uma história de sucesso, a começar pelo próprio livro, um artigo de luxo, pejado de fotografias pelos mais prestigiados fotógrafos: Helmut Newton, Peter Beard, David Bailey e Bruce Weber. O livro está dividido em capítulos⁶ que focam vários aspectos da vida e carreira de Iman. As fotografias incluídas no livro e o cuidado gráfico (com a colaboração de designers) posto em cada página são em si evidência de um investimento na celebração de uma figura de culto. Vários dos textos são escritos por amigos e colaboradores que acompanharam o percurso da modelo, o que é muito mais interessante do que ter um único testemunho. O resultado é uma história contada a várias vozes, em que um percurso biográfico é usado para discutir outros assuntos. Por exemplo, o fotógrafo americano que supostamente descobriu Iman, Peter Beard, é entrevistado para o livro (páginas 26 a 33). Alguns dos seus comentários são muito contundentes: “The word ‘racism’ should be reexamined, what it really means is territorialism” (IMAN, 2001, p. 25).⁷

Da mesma forma, Beard admite que a verdadeira razão para procurar uma modelo africana em 1975 tinha a ver com uma ideia de exótico, um exótico que tinha de ser “autêntico” para agradar aos olhos ocidentais: “We (Vogue) wanted authenticity. That’s what we’re lacking [...] Iman came with her amazing neck and poise and her elegance and her authenticity” (IMAN, 2001, p. 28).⁸

A própria Iman assumiu muitas vezes que ser africana lhe abriu as portas da moda americana. Era estrangeira, era o exótico autêntico. Uma curiosidade. Não punha em causa as barreiras de classe e poder entre americanos e afro-americanos. Mas Iman era uma observadora atenta e como afirmou numa entrevista a Ernie Marnouse:⁹ “As políticas do mundo da moda não se perderam em mim”. Nessa mesma entrevista, Iman afirma que era diferente ser de África ou das Caraíbas ou ser afro-americana. Muitas belezas afro-americanas que podiam fazer o mesmo trabalho que Iman estavam em Nova York, e não conseguiam emprego. Ao ter uma oportunidade no mundo da moda, Iman aproveitou-a, tendo admitido a sua cumplicidade com este meio, o qual lhe permitiu enriquecer e tornar-se famosa. Mas, ao mesmo tempo, também resolveu ir confrontando este mesmo mundo ao longo dos anos, não se fechando nos privilégios da sua sorte individual. Toda a consciência política revelada nessa mesma entrevista a Marnouse enquadra os livros de Iman e consolida o tipo de discurso que aí é exposto. De certa forma, o livro que aqui se discute é uma réplica deste mesmo percurso biográfico. *I Am Iman* trata-se de um livro com um aspecto sofisticado, destinado ao mais elitista público da moda - que é colecionador, que quer guardar este livro (capa dura, a cores, papel de qualidade, tamanho grande, pesado) na sua biblioteca ou arquivo. E, no entanto, este mesmo livro transmite, com toda a frontalidade, uma mensagem contra o racismo, precisamente para um público onde militantes serão improváveis. De certa forma, Iman subverte as expectativas de quem compra este tipo de livro, pois é um livro político, embrulhado numa capa de glamour. Tal como a pessoa por detrás do modelo.

Durante toda a vida, Iman ouviu comentários supostamente elogiosos, aos quais responde neste livro:

“É tão bonita que parece uma branca molhada em chocolate” “É tão bonita que deve ser meia-branca” “Ora bem, eu não sou meia branca. Não tenho uma gota de sangue branco em mim. Sou bonita porque sou preta, e sou da Somália” (IMAN, 2001, p. 118).

Este discurso de autoafirmação é tão necessário como útil, e pode tomar muitas outras formas, como motivar as jovens afrodescendentes a sentirem-se bem na sua pele. Foi esse o objectivo de um outro livro lançado por Iman, com conselhos de maquilhagem e de higiene para mulheres não brancas (na capa do livro posam Iman, modelo preta, uma modelo que sugere ascendência chinesa e uma modelo latina). Em *The Beauty of Colour* (2005) prova que beleza não é “all white” ao reunir um conjunto de modelos das mais diferentes raças, incluindo modelos de ascendência mista. A beleza que desfila nas páginas deste livro é inegável, e cada modelo é acompanhada por conselhos tendo em conta o seu tipo de pele, de olhos ou de boca. Para além da pontual lição de maquilhagem, o verdadeiro alcance do livro é equilibrar as referências de beleza disponíveis nos media, ao mesmo tempo em que se promove a autoestima de mulheres em todo o mundo, encorajando-as a pensar em si, e possivelmente a agir de uma forma mais liberada, no sentido de terem a percepção dos seus direitos e das suas ambições. Uma parte não menos importante deste livro são os testemunhos que reúne: Selma

Hayek, actriz consagrada; Venus e Serena Williams, campeãs de ténis; Ling, modelo; Naomi Campbell, modelo; Eva Mendes, actriz; Jade Jagger, modelo; Tyra Banks, modelo e apresentadora. Aparentemente todas estão a falar de maquilhagem, mas, algo mais está aqui representado. Um conjunto de mulheres de sucesso. Também é importante referir a repetida referência à mestiçagem e à celebração de beleza que advém de uma herança “African, Latin and Asian”.

Por fim, uma referência à fotografia no centro do livro *I Am Iman*, nas páginas 102-103, que representa “Iman’s tribe of beauties” (a tribo de belezas de Iman). A fotografia é Annie Liebowitz. Nessa fotografia aparecem dezassete belíssimas mulheres pretas, modelos consagradas. Não porque todas as mulheres são belas e são modelos de cor mas porque, como aponta Iman, em todo o tempo que trabalhou no mundo da moda assistiu a muitas fotografias com grupos de modelos brancas, ou com alguma diversidade étnica entre as mulheres representadas. Nunca as grandes casas de moda do ocidente fizeram uma campanha só com modelos de cor. A provocação que subjaz à composição desta fotografia é um claro exemplo do sofisticado activismo de Iman, e ilustra a forma como ela procura mudar as referências do mundo da moda.

Discriminação Racial no local de trabalho

Contratar com base no sotaque é discriminação? E atribuir trabalhos que não queremos executar? E não dar as mesmas possibilidades de promoção por causa da cor? Serão estas situações raras em Portugal?

Com os nossos alertas, pode seguir o seu autor, tópico ou programa favorito. Para não perder nada do que lhe interessa.

Assinala-se a 21 de março o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, instituído a 26 de outubro de 1966 pelas Nações Unidas que em Assembleia Geral lembrou o incidente de 21 de março de 1960 quando a polícia matou 69 pessoas numa pacífica manifestação contra o Apartheid, em Sharpeville, África do Sul.

Em Portugal é relativamente fácil encontrar textos ou artigos sobre a discriminação racial de uma forma geral; mas é difícil encontrar algo específico sobre esta mesma discriminação no mundo do trabalho, ao contrário do que sucede por exemplo no Brasil.

Esta ausência de pensamento poderia significar que, na prática, no nosso país, a discriminação no trabalho em função da raça ou etnia é praticamente inexistente. No entanto, o que infelizmente acontece, é que este tema não é tratado e as situações concretas de discriminação racial nas empresas são banalizadas, camufladas e inconsequentes.

Em dezembro de 2018, o Observatório das Migrações do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) publicou um Estudo sobre Discriminação no recrutamento e no acesso ao mercado de trabalho de imigrantes e portugueses de origem estrangeira (coordenado por Pedro Góis, José Carlos Marques e Carla Valadas e com a colaboração de Ana Leite e Carlos Nolasco); e as conclusões desse Estudo são claras: permanecem diversos entraves no acesso ao mercado de trabalho e continuam a existir práticas por parte de alguns empregadores que se traduzem numa clara manifestação de discriminação no acesso ao mercado de trabalho. Urge, por isso, combater todas estas formas de discriminação no recrutamento e acesso ao mercado de trabalho.

A legislação portuguesa através do Código de Trabalho e da Constituição da República Portuguesa, impõe o princípio de para trabalho igual, salário igual, definindo como trabalho igual, aquele em que as funções desempenhadas ao serviço do mesmo empregador são iguais ou objetivamente semelhantes em natureza, qualidade e quantidade.

Em concreto, no que respeita à discriminação racial e étnica, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) é o órgão competente para sancionar a prática de atos que resultem na recusa ou condicionamento do exercício de direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência ou território de origem. Todavia, em matéria de emprego ou de acesso ao emprego, a entidade competente para o tratamento de queixas relacionadas com a discriminação racial, a instauração e promoção do competente procedimento contraordenacional, bem como para proferir a decisão final é a Autoridade para as Condições do Trabalho – ACT.

Entre 2015 e 2017 as queixas de discriminação na área laboral foram cerca de duas dezenas, perdendo importância relativa face ao aumento do volume global de queixas reportadas à CICDR. Esta comissão acolhe queixas de discriminação de matéria laboral, mas cabe à ACT a proteção dos trabalhadores e assegurar a igualdade de

tratamento no acesso ao emprego e nas condições de trabalho. Nos últimos anos observou-se uma diminuição das visitas da ação inspetiva no domínio da igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego e, conseqüentemente, verificou-se uma redução das infrações au tuadas no domínio da igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego.

A recente iniciativa do Governo Portugal for Ukraine para apoiar os cidadãos da Ucrânia que pretendem, por razões de conflito armado e humanitárias, residir em Portugal, mobilizando – e bem -as empresas portuguesas para acolher e contratar estes cidadãos, é um exemplo que nos orgulha a todos enquanto cidadãos e portugueses; mas que nos leva a todos a pensar se não poderíamos ter ido também mais longe no acolhimento de outros cidadãos, nomeadamente não europeus, como os refugiados da Síria, do Afeganistão, do Iraque, para não falar dos refugiados da África Central e de todos os outros continentes...

Por outro lado, podemos questionar-nos se não podemos ir mais longe na identificação das situações de discriminação racial no emprego e na divulgação dos meios de combate ao flagelo. Escolher e contratar com base no sotaque não é discriminação? E atribuir trabalhos que não pretendemos nós próprios executar? E não atribuir as mesmas possibilidades de promoção por causa da cor? E será que estas situações são assim tão raras em Portugal?

Racismo no Trabalho: Desafios e Caminhos para a Equidade

O racismo é uma triste realidade que afeta diversas esferas da sociedade, inclusive o ambiente de trabalho. Infelizmente, muitos profissionais ainda enfrentam discriminação racial, o que prejudica não apenas seu bem-estar emocional, mas também a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de carreira. Neste artigo, abordaremos o tema do racismo no trabalho, explorando seus impactos, os desafios enfrentados pelos profissionais negros e as medidas que podem ser adotadas para promover a equidade no ambiente profissional.

Os Impactos do Racismo no Trabalho:

O racismo no trabalho pode ter consequências devastadoras para os profissionais negros. Além do impacto emocional, com sentimentos de exclusão, humilhação e injustiça, também afeta a saúde mental e física. Profissionais negros frequentemente enfrentam dificuldades para serem promovidos, são subrepresentados em cargos de liderança e podem ser submetidos a um tratamento desigual e preconceituoso. Esses fatores contribuem para a perpetuação das desigualdades raciais e dificultam a construção de um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado.

Desafios enfrentados pelos profissionais negros:

Profissionais negros muitas vezes enfrentam obstáculos adicionais no mercado de trabalho devido ao racismo estrutural. Alguns dos desafios comuns incluem:

Estereótipos e preconceitos: Estereótipos raciais negativos podem levar a uma percepção distorcida das habilidades e competências dos profissionais negros, limitando suas oportunidades de progresso na carreira.

Viés inconsciente: O viés inconsciente pode influenciar a tomada de decisões, como contratações e promoções, prejudicando profissionais negros e perpetuando a desigualdade.

Falta de representatividade: A ausência de profissionais negros em posições de liderança cria uma falta de modelos a seguir e limita as oportunidades de mentorias e networking.

Medidas para promover a equidade no ambiente de trabalho: A promoção da equidade racial no trabalho é uma responsabilidade coletiva. Aqui estão algumas medidas que podem ser adotadas:

Educação e conscientização: Promover a conscientização sobre o racismo e seus impactos no ambiente de trabalho é essencial. Oferecer treinamentos sobre viés inconsciente, diversidade e inclusão pode ajudar a criar uma cultura mais justa e acolhedora.

Políticas de diversidade e inclusão: Desenvolver políticas que garantam a igualdade de oportunidades e o tratamento justo de todos os profissionais, independentemente de sua raça ou origem étnica. Isso inclui a implementação de processos de contratação e promoção baseados em mérito e a criação de programas de mentoria para profissionais negros.

Estabelecimento de metas e monitoramento: Definir metas de diversidade e inclusão e acompanhar regularmente os progressos. Isso ajuda a garantir que a empresa esteja comprometida com a mudança e responsabiliza os gestores por promover um ambiente de trabalho equitativo.

Fortalecimento da representatividade: Promover a diversidade nas equipes de liderança é fundamental. Incentivar a contratação e promoção de profissionais negros em posições de destaque e fornecer oportunidades de desenvolvimento e capacitação para eles é essencial para criar um ambiente inclusivo.

O racismo no trabalho é uma realidade dolorosa que precisa ser abordada e combatida. Ao reconhecer os desafios enfrentados pelos profissionais negros e implementar medidas concretas para promover a equidade, podemos construir um ambiente de trabalho mais inclusivo, onde todos os profissionais tenham as mesmas oportunidades de crescimento e desenvolvimento. A mudança começa com cada um de nós, assumindo a responsabilidade de eliminar o racismo e promover a igualdade em nossos locais de trabalho.



Figura 6- Igualdade

Filmes sobre o Racismo

Foi no dia 10 de dezembro de 1948 que a Organização das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), documento de relevo mundial (e património da humanidade) que traça os princípios fundamentais pelos quais qualquer sociedade deve ser sustentada. Recordemos o seu importantíssimo 1º artigo que diz:

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

Os filmes essenciais sobre o racismo e a própria história da humanidade possuem várias provas de que diversos seres humanos sofreram terríveis violações aos seus direitos. Desde a adoção da DUDH, muito foi feito, mas muito mais há a fazer.

A arte, nas suas mais diversas formas (pintura, cinema, música) tem contribuído para a construção de um mundo melhor, educando criativamente através de manifestos, comentários, denúncias de relatos, testemunhos, entre outras intervenções. Conheçamos, agora, o contributo dado pela sétima arte: o cinema. Veja quais os filmes essenciais sobre o racismo, até porque:

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.” (2º artigo DUDH).

Tabela 2- kjdwihew

fhfjkyu	rwturysdh	rsthdfhjdy	dghdfydr	fgjdfyjery
Rhrtue5y	sryetujdht	yetjdejy	dryjetujuyjd	yjdtjydt
Srthsrw6h	36weth53	F533	rydryjnhdf	fdhjdyjdt
7i7tj57t6rd	67ijtryje5	Dtyyue5uj	R56uhrsyh	Wru5h
Btr2bg24	W46h35h35	Qeg4gq	H35h256	Rwh3545wr

11 FILMES ESSENCIAIS SOBRE O RACISMO

1. A Cor Púrpura (1985)

O primeiro dos filmes essenciais sobre o racismo é baseado no livro homónimo de Alice Walker. Realizado por Steven Spielberg, a película conta com um elenco de luxo que tem, entre outros, as seguintes estrelas: Danny Glover, Whoopi Goldberg, Oprah Winfrey. Este filme recebeu 11 indicações ao Óscar. Trata-se de uma produção verdadeiramente apaixonante sobre uma vida de sofrimento. A cor da pele de Celie, uma jovem oriunda da cidade da Georgia, adquire importância e um protagonismo, ao longo de toda a trama.

2. Malcolm X (1992)

Um filme realizado por Spike Lee que é uma referência obrigatória neste tema. Esta película conta com um elenco de luxo, com nomes como os de Denzel Washington, Angela Bassett, Delroy Lindo, entre muitos outros.

Malcolm X é um filme biográfico, sobre o famoso líder do grupo Black Nationalist, revelando o percurso de Malcolm X desde os seus dias de juventude, passando pelos tempos em que foi gangster, até ao seu ministério enquanto membro da Nação do Islão.

3. A Lista de Schindler (1993)

Mais um maravilhoso e impactante filme de Steven Spielberg que conta com um elenco onde brilham atores como Liam Neeson, Ralph Fiennes e Ben Kingsley. A ação decorre num tempo histórico em que Hitler detinha poder e protagonismo mundial e o seu foco era erradicar as raças tidas por ele como impuras. Contudo, enquanto decorria a Segunda Guerra Mundial, Oskar Schindler ousou pensar pela sua cabeça e arriscou a sua vida e riqueza para salvar inúmeros judeus que precisavam de ajuda.

4. América Proibida (1998)

Tony Kaye é o realizador deste memorável filme que conta com o Edward Norton a fazer o papel da sua vida e com outros bons atores como Edward Furlong e Beverly D'Angelo, entre outros. O neonazi Derek Vinyard (Edward Norton) é violento, racista e é preso por matar dois negros, após estes iniciarem um assalto. Danny, o seu jovem irmão, vê em Derek um ídolo e segue-lhe os passos. Poderá Derek salvar Danny de cometer os mesmos erros?

5. Colisão (2004)

Um filme realizado por Paul Haggis que é absolutamente inesquecível e merecedor dos maiores elogios. Um elenco repleto de estrelas como Don Cheadle, Sandra Bullock, Thandie Newton, Matt Dillon e Michael Peña. A cidade de Los Angeles é o cenário onde ocorrem diferentes cruzamentos de vidas. Os vários percursos de diversas pessoas com raças distintas levam a colisões, onde há espaço para perda, esperança, redenção e muito mais. Um filme imperdível.

6. Gran Torino (2008)

Clint Eastwood é realizador e protagonista deste filme. Walt Kowalski é um veterano de guerra que combateu os coreanos. Goza tranquilamente a sua reforma num bairro histórico onde estão presentes negros, coreanos e latinos. Todos são alvos da sua indiferença. Até que o seu estimado carro, Gran Torino, leva a uma série de acontecimentos que farão com que proteja os mais indefesos.

7. Django Libertado (2012)

Quentin Tarantino é o realizador desta obra que conta com Jamie Foxx, Christoph Waltz e Leonardo DiCaprio nos principais papéis. Um escravo libertado conta com o apoio de um caçador de prémios alemão no salvamento de uma mulher que está sob o domínio de um violento proprietário de uma plantação do Mississippi.

8. 12 Anos Escravo (2013)

As estrelas Chiwetel Ejiofor, Michael Kenneth Williams e Michael Fassbender são orientadas pelo talentoso realizador Steve McQueen. Esta é uma interessante película sobre um negro que é livre por direito, mas é raptado e forçado à escravatura.

Solomon Northup é vendido numa altura em que vivia pacificamente com a sua mulher e filhos. Nesta obra, baseada em factos verídicos, ficamos a conhecer um percurso de sofrimento e humilhações.

9. O Mordomo (2013)

Cecil Gaines é um mordomo da Casa Branca que serviu oito presidentes. Este filme aborda momentos marcantes da história e como esses eventos (Guerra do Vietname, Movimentos em prol dos Direitos Civis,...) interferem no seu quotidiano e na vida da sociedade americana. Realizado por Lee Daniels, esta película conta com um elenco seguro, onde pontificam nomes como os de Forest Whitaker, Oprah Winfrey e John Cusack.

10. BlacKkKlansman: O Infiltrado (2018)

O último dos filmes essenciais sobre o racismo desta lista estreou ano passado. Spike Lee tem outra obra surpreendente a integrar esta lista. Conta com um elenco que tem no filho de Denzel Washington o seu maior protagonista. John David Washington, Adam Driver e Laura Harrier são alguns dos atores que merecem destaque nesta produção.

Ron Stallworth é um polícia negro que consegue infiltrar-se no famoso grupo (radical e profundamente racista) Ku Klux Klan. É com o apoio de um polícia branco, mas que ironicamente até é judeu, que Ron consegue ir desvendando alguns dos segredos dos KKK. O mais cómico de tudo é que este filmes é mesmo baseado em acontecimentos reais.

11. Greenbook, Um Guia para a Vida (2018)

Comédia dramática americana, de Peter Farrelly, premiada com o People's Choice Award e com três Globos de Ouro: Melhor Filme de Comédia ou Musical, Melhor Actor Secundário (Ali) e Melhor Argumento Original. O filme retrata o clima de segregação racial dos anos 60 nos Estados Unidos e conta a história do desempregado Tony Lip (Viggo Mortensen) que um dia conhece Don Shirley (Mahershala Ali), um famoso pianista negro que procura alguém para ser o seu motorista e segurança durante a digressão de oito semanas que está prestes a fazer pelo Sul do país. O temperamento de cada um, diametralmente oposto, vai transformar aquela viagem num verdadeiro desafio.

Racismo

Ao longo da história, a crença na existência de raças superiores e inferiores — racismo — foi utilizada para justificar a escravidão ou o domínio de determinados povos por outros.

Racismo é a convicção de que existe uma relação entre as características físicas hereditárias, como a cor da pele, e determinados traços de caráter e inteligência ou manifestações culturais. A base, mal definida, do racismo é o conceito de raça pura aplicada aos homens, sendo praticamente impossível descobrir-lhe um objeto bem delimitado. Não se trata de uma teoria científica, mas de um conjunto de opiniões, além de tudo pouco coerentes, cuja principal função é alcançar a valorização, generalizada e definida, de diferenças biológicas entre os homens, reais ou imaginárias.

O racismo subentende ou afirma claramente que existem raças puras, que estas são superiores às demais e que tal superioridade autoriza uma hegemonia política e histórica, pontos de vista contra os quais se levantam objeções consideráveis. Em primeiro lugar, quase todos os grupos humanos atuais são produto de mestiçagens. A constante evolução da espécie humana e o caráter sempre provisório de tais grupos tornam ilusória qualquer definição fundada em dados étnicos estáveis. Quando se aplica ao homem o conceito de pureza biológica, confunde-se quase sempre grupo biológico com grupo lingüístico ou nacional.

O fenômeno, cujas origens são complexas, ocorre com maior ou menor intensidade em todas as etnias e em todos os países e suas origens são muito complexas. Quando o Japão, por exemplo, conseguiu, na primeira metade do século XX, um desenvolvimento econômico comparável ao da Europa, surgiu no seio do povo japonês uma ideologia racista muito semelhante à que justificava o colonialismo europeu.

Um primeiro estágio de racismo confunde-se com a xenofobia: determinado grupo social hostiliza um estrangeiro por considerar nefasto todo contato fora do grupo social, o qual tira sua força da homogeneidade e da aceitação entre seus membros das mesmas regras e princípios, recusados ou desconhecidos pelo elemento exógeno. Em outro nível, tal repúdio é justificado pela diferença física, que se torna o suporte do componente racista.

Racismo nas sociedades modernas. A história da humanidade refere-se, desde os tempos mais antigos, a relações, decorrentes das migrações, entre povos racialmente distintos. No entanto, antes da época de expansão das nações européias, as relações raciais não apresentavam a feição que mais tarde as caracterizaria.

Entre egípcios, gregos e romanos, as relações eram de vencedor e cativo, e vigoravam indiferentemente, mesmo com povos a eles semelhantes. Durante toda a Idade Média, a base do antagonismo entre povos era, sobretudo, de índole religiosa. Graças à grande força política da igreja, justificava-se a conquista e submissão de povos

para incorporá-los à cristandade. Ainda quando dos primeiros contatos entre portugueses e africanos, não havia nenhum atrito de ordem racial.

Quando, a partir do Renascimento, o progresso técnico permitiu à Europa dominar o mundo, surgiram diversas ideologias que pretenderam explicar e justificar a dominação dos demais continentes pelos países europeus, alegando existir na Europa uma raça superior, destinada por Deus ou pela história a dominar as raças não-européias, consideradas inferiores. A expansão espanhola na América buscou sustentação ideológica em crenças tais como as de que os ameríndios não eram verdadeiros seres humanos, o que justificaria sua exploração.

O moderno racismo europeu encontrou fundamento teórico na obra do conde de Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas) publicada em meados do século XIX. Nela, o autor francês sustentou que a civilização européia fora criação da raça ariana, uma minoria seleta da qual descendiam as aristocracias de toda a Europa e cujos integrantes eram os senhores “naturais” do resto da população. Outro paladino do racismo foi Houston Stewart Chamberlain, que, embora inglês de nascimento, tornou-se conhecido como “antropólogo do kaiser”. Publicou na Alemanha, em 1899, *Die Grundlagen des neunzehnten Jahrhunderts* (Os fundamentos do século XIX), obra em que retomou o mito da raça ariana e identificou-a com o povo alemão.

Outros autores, como Alfred Rosenberg, também contribuíram para criar a ideologia racista. Esta, convertida em programa político pelo nazismo, visava unificar os alemães, mas como a identificação dos traços raciais específicos do povo de senhores era impossível na prática, criou-se uma “raça inimiga” que unisse contra ela o povo alemão. A perseguição dos judeus ou a escravização de povos da Europa oriental em nome da superioridade da pretendida raça ariana resultou, por suas atrocidades, na adoção pela opinião pública mundial de critérios opostos ao racismo, a partir do final da segunda guerra mundial.

Os trabalhos de antropólogos e sociólogos rejeitam globalmente as teorias racistas e a seu desprestígio científico une-se a adoção, por todos os estados, de princípios como os contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Ao mesmo tempo, nos países em que tradicionalmente se praticavam formas de discriminação racial, os preconceitos passaram a ser suavizados e se impôs uma igualdade de oportunidades cada vez maior. Uma exceção à tendência geral, a partir de 1948, foi a África do Sul, onde se exacerbou a tendência à segregação dos grupos étnicos (apartheid) sob o domínio dos sul-africanos de origem européia. Tal sistema político racista chegou ao fim com a convocação das primeiras eleições para um governo multirracial de transição, em abril de 1994.



Figura 7- Filme 1



Figura 8- Filme2



Figura 9- Filme3

Vidas negras importam: 17 livros para combater o racismo e valorizar a negritude

Em tempos de #blacklivesmatter (vidas negras importam), os livros são ótimas ferramentas na conscientização sobre o racismo e no combate diário à opressão racial.

Sim, estamos no Mês da Consciência Negra. Vemos uma série de eventos, clubes de leitura, sugestões de leitura e muito mais que focam na produção clássica e contemporânea de negros e negras, nos debates sobre racismo e no combate à desigualdade racial.

Todas essas ações são válidas, mas nunca é demais lembrar que tais reflexões não podem se bastar em novembro ou por causa de uma data específica. Todo dia é dia de ser antirracista, até porque cotidianamente o racismo está escancarado na nossa sociedade, em nossos atos diários de discriminação e violência.

A literatura é um caminho de conscientização, mesmo que a longo prazo. Um meio para valorizar vozes que historicamente foram caladas. Para quebrar estereótipos sobre a negritude e contestar a dita superioridade branca. Para nos conscientizar sobre como nossa sociedade e nossa visão de mundo estão assentadas no racismo, no colonialismo. Os livros também podem nos ajudar a criar outras vivências possíveis, sem opressão, na qual as vidas negras – e de tantas outras minorias sociais – importam.

Abaixo, separei alguns títulos que nos auxiliam nesta jornada de conscientização e luta antirracista. Alguns deles estão em formato eBook e disponíveis gratuitamente no Amazon Kindle (não é preciso ter o leitor para acessar o conteúdo):

Como ser antirracista vidas negras importam

O racismo se intersecciona com a classe, a cultura e a geografia, e até muda o modo como nos vemos e nos valorizamos. Em *Como Ser Antirracista*, Kendi leva os leitores por um amplo círculo de ideias antirracistas — dos conceitos mais básicos a possibilidades visionárias — que ajudarão os leitores a ver todas as formas de racismo com clareza, compreender suas consequências tóxicas e agir para rejeitá-las em nossos sistemas e em nós mesmos. Kendi entrelaça uma estimulante combinação de ética, história, leis e ciência com sua própria história do despertar para o antirracismo. Esta é uma obra essencial para todos que querem ir além da consciência do racismo e atingir o próximo passo: contribuir para a formação de uma sociedade justa e igualitária. + COMPRE NA AMAZON

Pequeno manual antirracista vidas negras importam

Neste pequeno manual, a filósofa e ativista Djamila Ribeiro trata de temas como atualidade do racismo, negritude, branquitude, violência racial, cultura, desejos e afetos. Em onze capítulos curtos e contundentes, a autora apresenta caminhos de reflexão para aqueles que queiram aprofundar sua percepção sobre discriminações racistas estruturais e assumir a responsabilidade pela transformação do estado das coisas. Já há muitos anos se solidifica a percepção de que o racismo está arraigado em nossa sociedade, criando desigualdades e abismos sociais: trata-se de um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um sujeito. Reconhecer as raízes e o impacto do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro desse tamanho? Djamila Ribeiro argumenta que a prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas. E mais ainda: é uma luta de todas e todos. + COMPRE NA AMAZON

Racismo Estrutural (Feminismos Plurais)

Nos anos 1970, Kwame Turu e Charles Hamilton, no livro “Black Power”, apresentaram pela primeira vez o conceito de racismo institucional: muito mais do que a ação de indivíduos com motivações pessoais, o racismo está infiltrado nas instituições e na cultura, gerando condições deficitárias a priori para boa parte da população. É a partir desse conceito que o autor Silvio Almeida apresenta dados estatísticos e discute como o racismo está na estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira. + COMPRE NA AMAZON

O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado vidas negras importam

Ao longo do século passado, prevaleceu a visão de que os descendentes dos africanos se encontravam, no Brasil, numa condição muito mais favorável do que a vivida pelos negros no sul dos Estados Unidos ou na África do Sul do apartheid. Mais do que estabelecida, essa era uma visão oficial: o Brasil seria uma democracia racial, um lugar em que o grande problema do negro era a pobreza e não o preconceito de cor. Foi

contra essa falácia que Abdias Nascimento se insurgiu ao apresentar, no Segundo Festival de Artes e Culturas Negras, em Lagos (Nigéria, 1977), em plena vigência da ditadura militar, um texto combativo, a começar pelo título, demonstrando que a condição dos negros no Brasil não era realmente como aquela nos EUA ou na África, era pior, vítimas que são de um racismo insidioso, de uma política que conduz a um genocídio, para usar o termo do autor, que, ausente das leis e dos discursos políticos, se revela cotidianamente. Assim, a reedição de *O Genocídio do Negro Brasileiro* pela editora Perspectiva não é apenas uma homenagem histórica, mas a constatação de um fato: a despeito do trabalho dos ativistas e da mudança de mentalidade na academia, a situação continua inalterada. Segundo a ONU, atualmente no Brasil ocorre, a cada 23 minutos, a morte de um jovem negro. Em geral, do sexo masculino; em geral, pela ação, ou omissão, do Estado, da polícia a instituição de escolha para se lidar com qualquer questão social no país. É preciso dizer mais? + COMPRE NA AMAZON

Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano vidas negras importam

Memórias da Plantação é uma compilação de episódios cotidianos de racismo, escritos sob a forma de pequenas histórias psicanalíticas. Das políticas de espaço e exclusão às políticas do corpo e do cabelo, passando pelos insultos raciais, Grada Kilomba desmonta, de modo incisivo, a normalidade do racismo, expondo a violência e o trauma de se ser colocada/o como Outra/o. Publicado originalmente em inglês, em 2008, o livro tornou-se uma importante contribuição para o discurso acadêmico internacional. Obra interdisciplinar, que combina teoria pós-colonial, estudos da branquitude, psicanálise, estudos de gênero, feminismo negro e narrativa poética, esta é uma reflexão essencial e inovadora para as práticas descoloniais.

Negritude: usos e sentidos (nova edição)

O que significam a negritude e a identidade para as bases populares negras e para a militância do movimento negro? Por onde deve passar o discurso sobre essa identidade contrastiva do negro, cuja base seria a negritude? Passaria pela cor da pele e pelo corpo unicamente ou pela cultura e pela consciência do oprimido? A partir de questionamentos como esses, Kabengele Munanga debruça-se sobre a construção identitária do Brasil ao longo dos tempos, partindo do princípio de que o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais.

Por um feminismo afro-latino-americano

Filósofa, antropóloga, professora, escritora, militante do movimento negro e feminista precursora, Lélia Gonzalez foi uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX, com atuação decisiva na luta contra o racismo estrutural e na articulação das relações entre gênero e raça em nossa sociedade. Com organização de Flavia Rios e Márcia Lima, *Por um feminismo afro-latino-americano* reúne em um só volume um panorama amplo da obra desta pensadora tão múltipla quanto engajada. São textos produzidos durante um período efervescente que compreende quase duas décadas de história — de 1979 a 1994 — e que marca os anseios democráticos do Brasil

e de outros países da América Latina e do Caribe. Além dos ensaios já consagrados, fazem parte desse legado artigos de Lélia que saíram na imprensa, entrevistas antológicas, traduções inéditas e escritos dispersos, como a carta endereçada a Chacrinha, o Velho Guerreiro. O livro traz ainda uma introdução crítica e cronologia de vida e obra da autora.

A origem dos outros

Baseado nos discursos que Toni Morrison proferiu na universidade de Harvard, *A origem dos outros* é uma busca de respostas para questões históricas, políticas e literárias sobre o racismo e a radicalização da identidade. Se o racismo é aprendido com exemplos cotidianos, a literatura mostra-se uma arma fundamental para combater o problema.

Ensaio sobre racismo: pensamentos de fronteira

O dia a dia de injustiças, desigualdades, agressões físicas e psicológicas expõe diariamente a demanda sempre urgente de construção de uma sociedade mais igualitária, em que seja minimamente viável viver em conjunto. Nos ensaios presentes neste livro, os autores refletem sobre os conceitos de racismo, a finalidade dessa construção social que afeta a vida no planeta e as formas de atuação que provocam tanto desgaste, crueldade e mortes. A luta constante contra o racismo prevê conhecimento sobre a origem, os mecanismos históricos de aplicação dos diversos racismos e uma análise contínua para entender e repensar os reflexos e prejuízos causados na sociedade atual.

Minha História

Com uma vida repleta de realizações significativas, Michelle Obama se consolidou como uma das mulheres mais icônicas e cativantes de nosso tempo. Como primeira-dama dos Estados Unidos — a primeira afro-americana a ocupar essa posição —, ela ajudou a criar a mais acolhedora e inclusiva Casa Branca da história. Ao mesmo tempo, se posicionou como uma poderosa porta-voz das mulheres e meninas nos Estados Unidos e ao redor do mundo, mudando drasticamente a forma como as famílias levam suas vidas em busca de um modelo mais saudável e ativo, e se posicionando ao lado de seu marido durante os anos em que Obama presidiu os Estados Unidos em alguns dos momentos mais angustiantes da história do país. Com honestidade e uma inteligência aguçada, ela descreve seus triunfos e suas decepções, tanto públicas quanto privadas, e conta toda a sua história, conforme a viveu — em suas próprias palavras e em seus próprios termos. Reconfortante, sábio e revelador, *Minha história* traz um relato íntimo e singular, de uma mulher com alma e consistência que desafiou constantemente as expectativas — e cuja história nos inspira a fazer o mesmo.

Quando me descobri negra

“Tenho 30 anos, mas sou negra há dez. Antes, era morena.” É com essa afirmação que Bianca Santana inicia uma série de relatos sobre experiências pessoais ou ouvidas de outras mulheres e homens negros. Com uma escrita ágil e visceral, denuncia com lucidez – e sem as armadilhas do discurso do ódio – nosso racismo velado de cada dia, bem brasileiro, de alisamentos no cabelo, opressão policial e profissões subjugadas. Quando me descobri negra fala com sutileza e firmeza de um processo de descoberta inicialmente doloroso e depois libertador. Bianca Santana, através da experiência de si, consegue desvelar um processo contínuo de rompimento de imposições sobre a negritude, de desconstrução de muros colocados à força que impedem um olhar positivo sobre si. Caminhos que aos poucos revelam novas camadas, de um ser ressignificado. Considero este livro um presente, é algo para se ter sempre às mãos e ir sendo revisitado. Bianca, ao falar de si, fala de nós (DJAMILA RIBEIRO colunista da Carta Capital, pesquisadora na área de filosofia política e feminista). + COMPRE NA AMAZON

Orgulho

Zuri Benitez tem orgulho. Orgulho do Brooklyn, de sua família e de suas raízes afro-latinas. Mas orgulho não é o suficiente para salvar seu bairro da gentrificação e de se tornar irreconhecível.

Quando a rica família Darcy se muda para o outro lado da rua, Zuri não quer contato com seus dois filhos adolescentes, mesmo quando sua irmã Janae começa a se apaixonar pelo encantador Ainsley. Acima de tudo, ela não suporta o crítico e arrogante Darius, mas eles são forçados a se entender, e o que antes era um confronto se torna uma inesperada amizade. Agora, com quatro irmãs a empurrando em direções diferentes, com o adorável Warren em busca de sua atenção e com as candidaturas para a faculdade chegando, Zuri luta entre encontrar seu lugar na paisagem em transição de Bushwick ou perder tudo. Nesta adaptação contemporânea do clássico Orgulho e preconceito, a autora aclamada pela crítica, Ibi Zoboi, habilidosamente equilibra identidade cultural, classe e gentrificação com a mágica do primeiro amor em sua vibrante versão do amado romance. + COMPRE NA AMAZON

De bala em prosa: vozes da resistência ao genocídio negro

O que dizer diante do permanente genocídio negro cometido pelo Estado brasileiro? Como descrevê-lo? De que maneira expressar a justa revolta pelo rastro de sangue que os projéteis oficiais deixam nas periferias das grandes cidades? De bala em prosa reúne textos de autores e autoras negras. São pessoas diretamente impactadas pela escalada da violência fardada no país. Quem escreve aqui escreve a partir de um cotidiano claustrofóbico de violência e preconceito, com raízes bem fincadas na escravidão. Angústia e sensação de impotência escorrem pelas vírgulas e pontos finais. Mesmo os textos mais otimistas estão empapados de sangue. Boa parte deles se direciona não apenas ao poder estatal que controla, reprime, encarcera e mata, mas aos poucos brancos que conseguem enxergar o racismo estrutural brasileiro, mesmo sem senti-lo ou compreendê-lo. Respire fundo. Destilado nas próximas páginas está o apelo

de quem, com a garganta entalada, quis transmitir aos vivos a voz dos mortos — e dos sobreviventes. O genocídio precisa acabar. + LEIA GRATUITAMENTE

Cidadã de segunda classe

Na Nigéria dos anos 60, Adah precisa lutar contra todo tipo de opressão cultural que recai sobre as mulheres. Nesse cenário, a estratégia para conquistar uma vida mais independente para si e seus filhos é a imigração para Londres. O que ela não esperava era encontrar, em um país visto por muitos nigerianos como uma espécie de terra prometida, novos obstáculos tão desafiadores quanto os da terra natal. Além do racismo e da xenofobia que Adah até então não sabia existir, ela se depara com uma recepção nada acolhedora de seus próprios compatriotas, enfrenta a dominação do marido e a violência doméstica e aprende que, dos cidadãos de segunda classe, espera-se apenas submissão. + COMPRE NA AMAZON

Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis (nova edição)

Talvez você já tenha ouvido falar de Dandara e Carolina Maria de Jesus. Mas e Eva Maria do Bonsucesso? Luisa Mahin? Na Agontimé? Tia Ciata? Essas (e tantas outras) mulheres negras foram verdadeiras heroínas brasileiras, mas pouco se fala delas, seja na escola ou nos meios de comunicação. Diante desse apagamento, há anos a escritora Jarid Arraes tem se dedicado a recuperar — e recontar — suas histórias. O resultado é uma coleção de cordéis que resgata a memória dessas personagens, que lutaram pela sua liberdade e seus direitos, reivindicaram seu espaço na política e nas artes, levantaram sua voz contra a injustiça e a opressão. A multiplicidade de histórias revela as mais diversas estratégias de sobrevivência e resistência, seja na linha de frente — como Tereza de Benguela, que liderou o quilombo de Quariterê — ou pelas brechas — como a quituteira Luisa Mahin, que transmitia bilhetes secretos durante a Revolta dos Malês. Este livro reúne quinze dessas histórias impressionantes, ilustradas por Gabriela Pires. Agora, cabe a você conhecê-las, espalhá-las, celebrá-las. Para que as próximas gerações possam crescer com seu próprio panteão de heroínas negras brasileiras. + COMPRE NA AMAZON

O avesso da pele

O avesso da pele é a história de Pedro, que, após a morte do pai, assassinado numa desastrosa abordagem policial, sai em busca de resgatar o passado da família e refazer os caminhos paternos. Com uma narrativa sensível e por vezes brutal, Jeferson Tenório traz à superfície um país marcado pelo racismo e por um sistema educacional falido, e um denso relato sobre as relações entre pais e filhos. O que está em jogo é a vida de um homem abalado pelas inevitáveis fraturas existenciais da sua condição de negro em um país racista, um processo de dor, de acerto de contas, mas também de redenção, superação e liberdade. Com habilidade incomum para conceber e estruturar personagens e de lidar com as complexidades e pequenas tragédias das relações familiares, Jeferson Tenório se consolida como uma das vozes mais potentes e estilisticamente corajosas da literatura brasileira contemporânea. + COMPRE NA AMAZON

Água de Barrela

As muitas mulheres negras presentes no romance água de barrela, de Eliana Alves Cruz, encontram no lavar, passar, enxaguar e quorar das roupas das patroas e sinhás brancas um modo de sobrevivência em quase trezentos anos de história, desde o Brasil na época da colônia até o início do século XX. O título do romance remete a esse procedimento utilizado por essas mulheres negras de diferentes gerações e que garantiu o sustento e a existência de seus filhos e netos em situações de exploração, miséria e escravidão. A narrativa inicia-se com a comemoração do aniversário de umas das personagens após viver um século de muitas lutas, perdas, alegrias, tristezas e principalmente resiliência. Damiana, personagem central para a narrativa, cansada das batalhas constantes e ininterruptamente travadas pela liberdade, se vê rodeada por sua família e se recorda dos tempos de lavadeira. + COMPRE NA AMAZON

Webgrafia

- <https://www.significados.com.br/racismo/>
- <https://conceitosdomundo.pt/racismo/>
- <https://www.todoestudo.com.br/sociologia/racismo>
- <https://www.ja-lp.org/pt/comunicacao-e-eventos/artigos-de-opiniao/racismo-e-discriminacao-racial-no-desporto>
- <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20220304IPR24798/combater-o-racismo-na-educacao-cultura-comunicacao-social-e-desporto>
- <https://www.scielo.br/j/ref/a/9T8qpK35fMtpngNJQ4ZmvMh/>
- <https://observador.pt/opiniao/discriminacao-racial-no-local-de-trabalho/>
- <https://trabalhosparaescola.com.br/racismo/>
- <https://www.e-konomista.pt/filmes-racismo/>